



CUIDANDO DAS ÁRVORES DA FLORESTA

UM GUIA PRÁTICO PARA INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
EMPREENDEREM AÇÕES CONTRA OS RISCOS DE
DESMATAMENTO E CONVERSÃO

JUNHO 2022

Autor

Kayan Patel (WWF-Internacional)

Agradecimentos:

Um agradecimento especial pelo apoio neste relatório ao time da iniciativa de financiamento livre de desmatamento e conversão do WWF: Elizabeth Aceituno (WWF-Internacional), Heather Wright (WWF-EUA), Damian Fleming (WWF-Internacional), Virginia Barreiro (WWF-Internacional)

Revisores e colaboradores internos do WWF: Alison Midgley (WWF-Reino Unido), Anders Nordheim (WWF-Singapura), Andrea Victoria Prada Hernandez (WWF-Colômbia), Hermine Kleymann (WWF-Internacional), Kamal Seth (WWF-Singapura), Karina Berg (WWF-Brasil), Léa Destaing (WWF-França), Lucy Holmes (WWF-Reino Unido), Luiza Rabelo (WWF-Dinamarca), Megan Sim Yi-Shi (WWF-Singapura), Nicolas Poolen (WWF-Países Baixos), Octyanto Bagus Indra Kusuma (WWF-Singapura), Philippa Walker (WWF-Singapura), Regula Hess (WWF-Suíça), Sandra Mulder (WWF-Países Baixos), William Baldwin-Cantello (WWF-Reino Unido)

Revisores externos: Emma Thomson (Global Canopy), Johan Verburg (Rabobank), Leah Samberg (Rainforest Alliance), Michal Kulak (Robeco), Olaf Brugman (Rabobank), Peter van der Werf (Robeco), Roslyn Stein (AXA), Sarah Draper (Global Canopy)

Revisão textual:

Evan Jeffries (swim2birds Ltd.)

Citação:

WWF (2022) Seeing the forest for the trees – a practical guide for financial institutions to take action against deforestation and conversion risks (Cuidando das árvores da floresta – um guia prático para instituições financeiras empreenderem ações contra os riscos de desmatamento e conversão). Patel, K., Fundo Mundial para a Natureza, Gland, Suíça

Projeto:

Jo Curnow, itightship.co.za

WWF, 28 rue Mauverney, 1196 Gland, Suíça. Tel. +41 22 364 9111 CH-550.0.128.920-7

As marcas registradas WWF® e World Wide Fund for Nature® e ©1986 Panda Symbol são de propriedade do WWF-World Wide Fund For Nature (anteriormente World Wildlife Fund).

Todos os direitos reservados.

Para detalhes de contato e mais informações, visite nosso site internacional em www.panda.org

Fotografia de capa

Frente: © Andy Isaacson / WWF-EUA
Voltar: © Staffan Widstrand / WWF

© WWF-Peru / Enrique Castro-mendivil





CONTEÚDO

RESUMO EXECUTIVO	4
INTRODUÇÃO: RAZÕES PARA AS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS AGIREM	8
ETAPA 1: COMPREENDENDO OS RISCOS MATERIAIS	13
ETAPA 2: COMO AS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PODEM FAZER SUAS POLÍTICAS LIVRES DE DESMATAMENTO E CONVERSÃO DE MANEIRA EFICAZ	16
ETAPA 3: DUE DILIGENCE E MONITORAMENTO DO PROGRESSO	19
ETAPA 4: MELHORES PRÁTICAS DE ENGAJAMENTO DE CLIENTES E EMPRESAS-ALVO DE INVESTIMENTOS	22
ETAPA 5: RELATÓRIOS TRANSPARENTES	26
OPORTUNIDADES FINANCEIRAS POSITIVAS PARA A NATUREZA A FIM DE PROTEGER E RESTAURAR AS PRINCIPAIS PAISAGENS	28
OUTROS RECURSOS: FINANÇAS LIVRES DE DESMATAMENTO E CONVERSÃO	30
ANEXO 1 FONTES EXTERNAS DE DADOS PARA MONITORAR O PROGRESSO DO CLIENTE/EMPRESA INVESTIDA	31
NOTAS FINAIS	32

RESUMO EXECUTIVO

Os ecossistemas do planeta sustentam nosso sistema econômico, com estimativas de mais da metade do PIB mundial sendo moderadamente ou altamente dependente da natureza e de seus serviços, que são fundamentais para conseguirmos cumprir a meta de limitar o aquecimento global a 1,5°C.¹ No entanto, apesar de sua clara importância, estão sendo rapidamente destruídos: quase 50% das terras

habitáveis do mundoⁱ já foram perdidas, com metade dessa destruição tendo ocorrido nos últimos 100 anos.² Dado o papel vital do setor financeiro na sustentação do sistema econômico global, as instituições financeiras estão altamente expostas aos riscos de perda dos ecossistemas por meio de seu financiamento e investimento em empresas. Esses riscos podem ser divididos em três tipos:

RISCO FÍSICO

decorre dos impactos do desmatamento e da conversão dos ecossistemas, levando à destruição material e resultando em perdas econômicas e financeiras diretas para as empresas que dependem desses ativos naturais e dos serviços ecossistêmicos prestados pelos mesmos e, por sua vez, para as instituições financeiras que as apoiam ou investem nelas.

RISCO DE TRANSIÇÃO

resulta de medidas políticas, litigância, mudanças nas preferências do consumidor e desenvolvimentos tecnológicos que ocorrem para combater a taxa de desmatamento e conversão dos ecossistemas e seus impactos resultantes. Clientes de instituições financeiras e empresas-alvo de investimentosⁱⁱ não preparados para essas mudanças estão expostos a potenciais perdas financeiras e impactos em suas avaliações.

RISCO SISTÊMICO

refere-se ao risco de maior escala e resulta na quebra de todo um sistema. É caracterizado pelo efeito combinado de pontos de inflexão modestos que levam a grandes falhas, com interações em cascata de riscos físicos e de transição.

Existem cinco etapas principais para as instituições financeiras abordarem esses riscos em suas carteiras, resumidas da seguinte forma:



ENTENDER OS RISCOS MATERIAIS

Antes de poder agir de forma eficaz, uma instituição financeira deve compreender claramente o seu perfil de risco. Isso envolve, primeiro, entender quais regiões e setores estão expostos aos maiores riscos e, em seguida, mapear quais são os clientes e empresas investidas atualmente que têm relação com o conjunto de regiões e setores para identificar quais apresentam provável exposição a riscos de desmatamento e conversão.

Dado que as instituições financeiras normalmente investem e/ou financiam um grande número de empresas, para que a due diligence seja feita de maneira correta, monitoramento e engajamento eficazes é essencial classificar essa lista de clientes e empresas-alvo de investimentos com prováveis riscos em diferentes níveis de prioridade. Essa priorização deve considerar dois fatores:

1. Grau de exposição, refletindo a escala de financiamento ou investimento e a extensão da conexão entre o cliente ou empresa investida com as regiões/setores de alto risco.
2. Qual a resistência à mitigação/risco do cliente, refletindo a presença de um compromisso/política visando os riscos de desmatamento e conversão do ecossistema, e evidências de que o cliente ou a empresa investida esteja agindo para mitigá-los.

i Definido como todas as terras que não são desertos, geleiras, terrenos rochosos ou outras terras inférteis.

ii Neste contexto, 'cliente' refere-se a qualquer empresa (ou seja, uma entidade organizacional envolvida na produção, fornecimento, comércio ou venda de bens e serviços) que adquira qualquer um dos serviços das instituições financeiras, incluindo, entre outros, financiamentos, soluções comerciais (por exemplo, facilitação de fluxos comerciais e transações) e soluções de seguro. 'Empresa investida' refere-se a uma empresa na qual tenha sido efetuado um investimento (por exemplo, através da compra de participação acionária).

DESENVOLVER UMA POLÍTICA EFICAZ LIVRE DE DESMATAMENTO E CONVERSÃO



Uma vez que uma instituição financeira entenda sua exposição ao risco, o próximo passo é desenvolver uma política que aborde efetivamente esses riscos, e que atenda a essas três condições:

1. Amplitude suficiente de políticas, incluindo paisagens importantes, além das florestas, com alto risco de desmatamento ilegal e legal, garantia e reforço de direitos humanos reconhecidos internacionalmente e inclusão de todo o espectro das áreas de negócios da instituição financeira, bem como de toda a gama de seus clientes e empresas-alvo de investimentos.
2. Estabelecimento de uma meta realista e eficaz, com um objetivo claramente definido, um cronograma especificado e a inclusão de metas intermediárias para rastrear o progresso em direção ao objetivo de forma efetiva.
3. Orientações para clientes e empresas-alvo de investimentos, estabelecendo expectativas claras sobre “o que deve ser feito” em termos do desenvolvimento de suas próprias políticas/metast e divulgação de progresso, além de apoiá-los na implementação dos termos dessa política de forma efetiva.

CONDUZIR A DUE DILIGENCE E MONITORAR O PROGRESSO



Incorporar fatores de desmatamento, conversão e direitos humanos associados ao gerenciamento contínuo de riscos e outros processos de tomada de decisão, avaliando clientes existentes e potenciais em relação a seu perfil de risco de desmatamento, conversão e esforços de mitigação.

Fatores específicos a serem considerados incluem a presença e a força das políticas, no nível do cliente/empresa investida, para mitigar os riscos de desmatamento, conversão e direitos humanos associados; demonstração da rastreabilidade da cadeia de suprimentos; e casos de desmatamento, conversão ou violações dos direitos humanos associados que ocorram nas operações de um cliente ou empresa investida.



ENGAJAR CLIENTES E EMPRESAS INVESTIDAS

O engajamento ativo e antecipado é essencial para apoiar clientes e empresas-alvo de investimentos em suas jornadas de alinhamento de atividades com os termos da política livre de desmatamento e conversão da instituição financeira. Além disso, essa atitude também demonstra que a instituição financeira leva a implementação de sua política a sério, impulsionando uma adesão mais voluntária. Uma estratégia de engajamento eficaz consiste em dois componentes:

1. **Identificação de clientes prioritários para engajamento:** ao selecionar clientes e empresas-alvo de investimentos para engajamento prioritário, considere sua contribuição para o risco total da carteira, conforme identificado na Etapa 1. Considere também os clientes e empresas-alvo de investimentos que apresentaram um progresso insuficiente na gestão de seus riscos e/ou impactos (por exemplo, falta de desenvolvimento de uma política, falta de relatórios, ou evidências de desmatamento, conversão e abusos de direitos humanos associados em suas operações/cadeias de suprimentos).
2. **Uso das melhores práticas em métodos de engajamento:** desenvolva um processo de engajamento que incorpore as melhores práticas e, sempre que possível, incorpore-o às oportunidades de engajamento existentes e aos processos de compliance, como uma etapa complementar. Essas melhores práticas incluem:
 - a. **Interação precoce com clientes e empresas-alvo de investimentos** identificadas como prioridades para o engajamento, para identificar possíveis barreiras e oportunidades de apoio.
 - b. **Alavancagem dos direitos dos acionistas** para construir resoluções focadas em eliminar questões de desmatamento e conversão, e para exercer direitos de voto por procuração a fim de apoiar tais resoluções (no caso de gerentes de ativos/proprietários de ativos).
 - c. **Incentivo ao uso de orientações** que apoiem na identificação e eliminação dos riscos de desmatamento e conversão nas cadeias de suprimentos. Isso inclui orientações quanto ao Accountability Framework Initiative (AFi) à Rede de Metas Baseadas em Ciência (SBTN) e ao Projeto de Iniciativa de Metas Baseadas em Ciência Florestal, Terrestre e Agrícola (SBTi FLAG).



COMUNICAR DE FORMA TRANSPARENTE

Relatórios de transparência frequentes garantem o reconhecimento dos progressos realizados e geram pressão sobre outras instituições financeiras para eliminar o desmatamento e a conversão de suas carteiras, reduzindo os riscos, de forma mais ampla, em todo o setor financeiro. As instituições financeiras devem comunicar de forma proativa informações sobre:

1. **Evidências de implementações de iniciativas** que reduzam a exposição. Devem incluir insights sobre processos de avaliação de risco, esforços de engajamento e casos específicos de desinvestimento.
2. **Exposição financeira aos riscos de desmatamento e conversão.** Devem ser fornecidas informações sobre como essa exposição muda ao longo do tempo e como se relaciona com as metas descritas na política livre de desmatamento e conversão da instituição financeira. Em 2023, a Força-Tarefa sobre Divulgações Financeiras Relacionadas à Natureza (TNFD) lançará um modelo para as organizações relatarem e gerenciarem a exposição a riscos e oportunidades da natureza. As instituições financeiras devem acompanhar e apoiar o progresso da TNFD para garantir que estejam bem posicionadas para agir de acordo com tais orientações depois de divulgadas.

OPORTUNIDADES DE FINANCIAMENTO POSITIVAS PARA A NATUREZA

Além de simplesmente eliminar riscos, as instituições financeiras também devem estar bem posicionadas de forma a direcionar seu capital para atividades positivas para a natureza, que protejam e restaurem as principais paisagens. Além disso, o rápido crescimento do interesse em investimentos financeiros sustentáveis nos últimos anos representa uma oportunidade comercial atrativa para lucrar com esses instrumentos, ao mesmo tempo que produz um impacto ambiental positivo. Exemplos específicos incluem:



TÍTULOS VERDES:

instrumentos de renda fixa voltados à captação de recursos para projetos que proporcionem benefícios ambientais. O interesse do mercado em tais instrumentos tem crescido em ritmo acelerado, com a emissão anual de títulos verdes superando os US\$ 500 bilhões em 2021.³



PRODUTOS DE SEGUROS INOVADORES:

ofertas de seguros que facilitam a gestão de riscos para promover a sustentabilidade ambiental. Uma aplicação crescente deste produto é o gerenciamento de riscos para permitir práticas agrícolas sustentáveis e a gestão resiliente da terra.



INVESTIMENTOS SUSTENTÁVEIS EM FUNDOS:

carteiras de ações e/ou títulos nos quais os fatores ambientais são fundamentais para o processo de investimento. Esses fundos são mais eficazes quando têm um foco especializado em um setor ou resultado específico (por exemplo, alimentos sustentáveis e práticas agrícolas regenerativas), em vez de mandatos mais amplos.



EMPRÉSTIMOS VINCULADOS À SUSTENTABILIDADE:

instrumentos de empréstimo que vinculam suas condições ao desempenho do mutuário em relação a um conjunto de objetivos de sustentabilidade predeterminados, aplicando prêmios de risco mais altos ou taxas de juros mais baixas com base no desempenho em relação a esses objetivos.



INTRODUÇÃO: RAZÕES PARA AS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS AGIREM

As florestas e outros ecossistemas naturais fornecem serviços de importância fundamental para o bem-estar humano, desde a regulação do nosso clima até a manutenção da biodiversidade e o apoio à saúde humana e aos meios de subsistência.⁴ Considerando esse valor em termos de indicadores econômicos familiares, estima-se que mais da metade do PIB mundial seja moderadamente ou altamente dependente da natureza. Além disso, a conservação dos ecossistemas é fundamental para os nossos esforços para cumprir a meta de limitar o aquecimento global a 1,5°C. Transformar o setor fundiário e implementar medidas na agricultura, silvicultura, zonas úmidas e bioenergia pode contribuir, de forma viável e sustentável, para cerca de 30% da mitigação global necessária em 2050 para cumprir a meta de 1,5°C.⁵

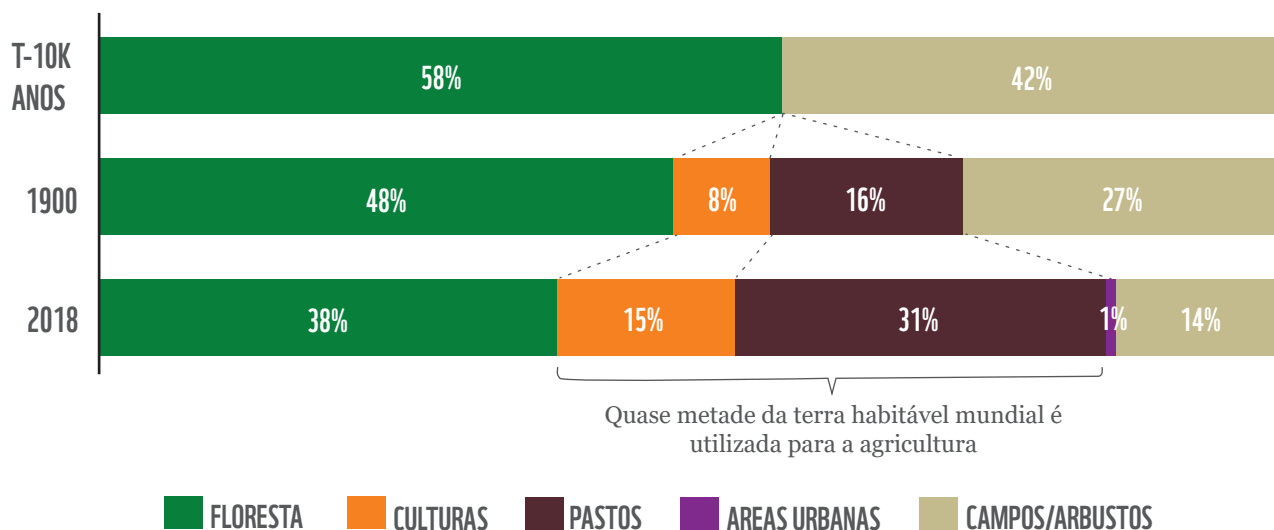
Portanto, devemos procurar equilibrar nossos esforços para atender às necessidades humanas e à necessidade de preservar esses ecossistemas da degradação e da destruição, vivendo dos 'juros' que eles fornecem, e não do 'capital' em si.

Como um pilar econômico fundamental, o setor de serviços financeiros desempenha um papel vital em todos os setores

econômicos. Isso não apenas o coloca em uma posição única para impulsionar mudanças significativas, mas também significa que o mesmo está inerentemente exposto aos impactos do desmatamento, da conversão do ecossistema e dos riscos associados aos direitos humanos.¹ No entanto, os atuais progressos, no sentido da integração desses riscos no processo de tomada de decisões, são lentos. Em 2021, 81% das principais instituições financeiras não tinham compromissos ou políticas de desmatamento em todas as commodities às quais estavam expostas.⁶

Como resultado da inação, a degradação florestal e a conversão dos ecossistemas estão ocorrendo a uma taxa alarmante. Cerca de 33% do estoque original de florestas do mundo e ~68% de suas pastagens e arbustos já foram perdidos. Além disso, essa taxa de conversão tem se acelerado: nos últimos 100 anos, o mundo perdeu a mesma quantidade de florestas e outros ecossistemas selvagens que perdeu nos 9.000 anos anteriores.

USO GLOBAL DE TERRA HABITÁVEL AO LONGO DO TEMPO, %



Fonte: Our World in Data, 2021

¹ A conversão de ecossistemas está intimamente associada à apropriação de terras, conflitos, violência e outros impactos adversos aos direitos humanos, particularmente contra os povos indígenas.

A taxa de conversão dos ecossistemas naturais e suas implicações em matéria de direitos humanos representam riscos substanciais para o setor financeiro. Esses riscos podem ser categorizados em três tipos: físicos, de transição e sistêmicos.



Os **riscos físicos** surgem dos impactos do desmatamento e da conversão do ecossistema, levando à destruição material e resultando em perdas econômicas e financeiras diretas para as empresas e, por sua vez, para as instituições financeiras que as apoiam ou investem nelas. Esses riscos físicos

podem ser agudos (impulsionados por eventos) ou crônicos (cumulativos ao longo do tempo), com impactos crônicos que podem esgotar a resiliência de todo um sistema e levar a uma perda permanente de produtividade.

ESTUDO DE CASO | RISCOS FÍSICOS (AGUDOS)

Impactos do tsunami no sul da Ásia em 2004

No sudeste asiático, uma redução de 28% na cobertura florestal de manguezais entre 1980–2002, convertida para abrir caminho para a criação comercial de camarão e desenvolvimentos turísticos, contribuiu para uma perda da proteção natural contra desastres naturais.⁷

Os impactos econômicos dessa conversão foram expostos durante o tsunami no sul da Ásia em 2004, causando um prejuízo estimado em US\$ 10 bilhões, impactando as indústrias e elevando as taxas de inadimplência de empréstimos, afetando diretamente as instituições financeiras que apoiam essas indústrias.⁸ Os efeitos do tsunami foram desproporcionalmente altos nas áreas onde os manguezais foram removidos..

ESTUDO DE CASO | RISCOS FÍSICOS (CRÔNICOS)

Desmatamento reduz precipitação pluviométrica e receitas agrícolas na Amazônia brasileira

Um relatório publicado na *Nature*, avaliando o impacto da perda florestal sobre as chuvas no sul da Amazônia brasileira, constatou que uma perda florestal de mais de 25–30% de uma grande área (112km²) resulta em uma redução acentuada das chuvas, impactando a produtividade agrícola da região.⁹

Em um cenário de governança fraca, estima-se que a Amazônia do sul do Brasil possa perder 56% de suas florestas até 2050. O estudo avaliou o impacto comercial desse cenário na indústria agrícola, comparando o custo das receitas perdidas com a conversão de menos florestas em culturas e pastagens com o impacto das perdas de produtividade, calculando um impacto líquido no valor presente de US\$ 181 bilhões resultantes dessa conversão.

Esse impacto na rentabilidade teria implicações diretas para as instituições financeiras que apoiam ou investem nessas empresas, seja por meio de quedas nos preços de ações ou aumento das taxas de inadimplência. Além disso, provavelmente haveria impactos indiretos mais amplos através da queda da produtividade, diminuindo a competitividade do setor agrícola na região.

O segundo risco, o **risco de transição**, resulta de medidas políticas, litigância, mudanças nas preferências do consumidor e desenvolvimentos tecnológicos que ocorrem para combater a taxa de desmatamento e conversão do ecossistema, e seus impactos resultantes. Os Princípios para o Investimento Responsável (PRI) afirmam que ocorrerá uma ‘Resposta Política Inevitável’, consistindo em mudanças decisivas e abruptas nas políticas, à medida que os efeitos adversos da perda da natureza e das alterações climáticas se tornarem cada vez mais evidentes.¹⁰ As empresas e indústrias não preparadas estarão expostas a riscos regulatórios (materiais), com consequências importantes para o desempenho financeiro e a valoração do cliente e da empresa investida.

Há sinais claros de que os governos já estão tomando medidas significativas para lidar com os riscos resultantes do desmatamento e da conversão. Um exemplo é o regulamento recentemente proposto pela Comissão Europeia, que exige que todos os importadores das principais commodities de risco florestal (incluindo carne bovina, soja, óleo de palma, madeira, cacau e café), bem como derivados e produtos feitos a partir dessas commodities, rastreiem suas cadeias de suprimentos para demonstrar que a commodity foi produzida legalmente e não foi cultivada em terras desmatadas após dezembro de 2020.¹¹ Além disso, o banco central brasileiro declarou que exigirá que todos os bancos que operam no país realizem testes de estresse relacionados ao clima a partir de julho de 2022,¹² com os resultados tendo

implicações nos custos dos empréstimos para os setores de alto risco. Isso é particularmente significativo para os setores agrícola e florestal, dado que a maior fonte de emissões é o desmatamento e a conversão de terras,¹³ em contraste com outras partes do mundo onde os combustíveis fósseis desempenham um papel mais significativo.

Com a evolução da regulamentação e o aumento da atenção sobre os impactos do desmatamento e da conversão, os riscos de transição estão se concretizando cada vez mais por meio da litigância. Isso é pertinente a esse tema em especial, uma vez que, embora a histórica falta de transparência subjacente às cadeias de suprimento em todo o setor agrícola tenha deixado uma margem significativa para a transgressão, as tecnologias de satélite e de rastreabilidade têm melhorado rapidamente, permitindo a aplicação de tais normas, políticas e regulamentos.¹⁴ Além disso, os abusos dos direitos humanos, em particular, comportam um risco significativo de litigância: os riscos relacionados com cadeias de suprimentos insustentáveis são particularmente materiais, dado que dois terços dos 740 milhões de pessoas que vivem na pobreza e 70% dos 250 milhões de crianças que trabalham estão na agricultura, um dos principais motores do desmatamento e da conversão dos ecossistemas. Isso tem uma série de consequências financeiras importantes, sendo as mais comuns: multas significativas, suspensões e retenção de ativos, com um efeito indireto sobre o financiamento ou investimento das instituições financeiras nessas organizações.

ESTUDO DE CASO | RISCOS DE TRANSIÇÃO

Presidente da Indonésia proíbe a conversão de terras pertencentes a empresas de soft commodities

Em 2019, o presidente da Indonésia Joko Widodo emitiu uma moratória permanente sobre novos desmatamentos para atividades como plantio de palmeiras e exploração madeireira, cobrindo uma área de 66 milhões de hectares.¹⁵

Essa instrução presidencial determina que ministros, governadores e outros funcionários não podem emitir novas licenças dentro da área de moratória, impactando o desempenho das empresas que operam nesta região.

ESTUDO DE CASO | RISCOS DE TRANSIÇÃO

EUA proíbem importações de óleo de palma de Sime Darby e FGV por violações de direitos humanos

No quarto trimestre de 2020, a Alfândega e Proteção de Fronteiras dos EUA emitiu Ordens de Retenção de Liberação para duas empresas de óleo de palma da Malásia devido a violações de direitos humanos.¹⁶ As alegações contra as duas empresas incluem retenção de passaporte, horas extras não pagas, problemas com pagamentos de salários e outras práticas de emprego antiéticas.

Ambas as empresas tiveram que lidar com uma série de impactos financeiros, de acesso aos negócios e de reputação. Por exemplo, os **principais compradores de óleo de palma cortaram ou reduziram sua exposição** a essas empresas. Ademais, isso ocorre na sequência da Mesa Redonda sobre Óleo de Palma Sustentável (RSPO) em 2018, que suspendeu uma das plantações da FGV devido a questões de direitos humanos. **Posteriormente, o preço de suas ações caiu em dois terços ao longo do ano.**

Embora os riscos discutidos até agora sejam tipicamente de natureza local e sentidos na escala de uma empresa ou setor específico, o terceiro risco, o **risco sistêmico**, tem impactos em maior escala, levando à quebra de todo um sistema, em vez da falha de partes individuais. É caracterizado pelo efeito

combinado de pontos de inflexão modestos que levam a grandes falhas, com interações em cascata de riscos físicos e de transição. Isso pode ter consequências significativas para regiões e setores inteiros que dependam do valor que esses ecossistemas fornecem.

Além disso, devido à interconexão dos sistemas, esses efeitos podem ser transmitidos de forma mais ampla por meio de canais indiretos. Por exemplo, as secas impulsionadas pelo desmatamento na Amazônia podem resultar na escassez

de energia, que afeta os empreendimentos industriais, ou resultar em insegurança alimentar intensificada, com impactos na saúde humana e nos resultados sociais.

ESTUDO DE CASO | RISCO SISTÊMICO

Ponto de inflexão da floresta amazônica

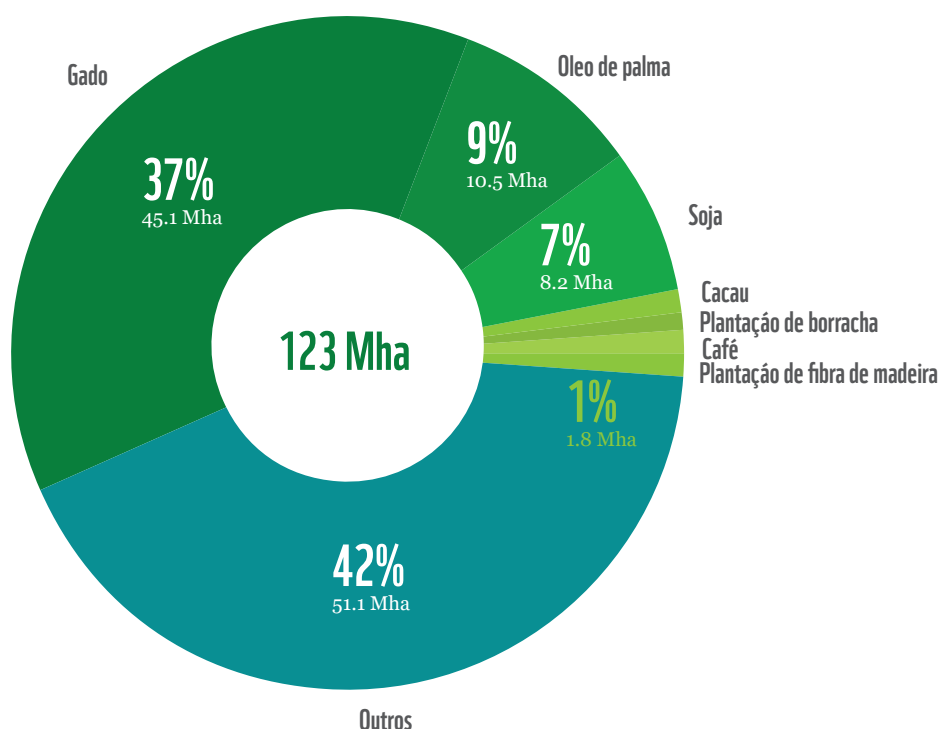
Ao longo do século passado, as temperaturas médias na floresta amazônica subiram entre 1–1,5°C, aumentando a frequência de secas, e grandes partes dela foram cortadas e queimadas, com um encolhimento da floresta de 15% em comparação com a década de 1970.¹⁷ A umidade é fundamental para esse sistema, com a floresta desempenhando um papel importante em sua própria sobrevivência, gerando chuvas através da reciclagem das águas das árvores. Se o desmatamento ou a seca destruírem muitas árvores, um ciclo de retorno negativo terá início, com menos vegetação levando a uma redução das chuvas e assim por diante. Finalmente, espera-se que esse ciclo negativo transforme a Amazônia em um ecossistema mais semelhante a uma savana (embora com muito menos biodiversidade).

Isso não só resultaria em ativos retidos em todos os setores que dependem da Amazônia, mas também faria com que bilhões de toneladas de dióxido de carbono fossem liberadas à medida que as árvores fossem destruídas, aumentando os impactos globais sistêmicos das mudanças climáticas.

O maior impulsionador do desmatamento e da conversão é a produção agrícola – ou seja, a conversão de ecossistemas para dar espaço a culturas de alimentos e combustível, e o desmatamento de terras para criação de gado. Entre 2001 e 2015, as commodities agrícolas contribuíram para 39% da perda global de cobertura arbórea, com três commodities responsáveis por mais da metade desse impacto – gado, 37%; óleo de palma, 9%; e soja, 7%.¹⁸ Além disso, o impacto dessas commodities é significativamente maior quando consideramos seu papel na conversão de outros ecossistemas além das florestas, particularmente pastagens e savanas, que representam 80% da área agrícola e pecuária do mundo.¹⁹ No entanto, essa taxa de desmatamento e conversão

de ecossistemas não é necessária para alimentar nossa população. Nosso sistema agrícola atual prioriza os retornos de curto prazo sobre os bens públicos de longo prazo, como a qualidade do solo, e resultou em um quarto de toda a terra sendo globalmente classificada como degradada atualmente (embora uma grande proporção possa ser reabilitada).²⁰ Devido ao seu papel excessivo como impulsionador do desmatamento e da conversão, este relatório se concentrará principalmente nos riscos associados às soft commodities. No entanto, os princípios aqui descritos permanecem relevantes na abordagem de outros impulsionadores do desmatamento.

DESMATAMENTO CAUSADO PELA AGRICULTURA POR COMMODITY



Fonte: 2001-2015, Goldman et al.

Além disso, embora a maior parte do foco deste tópico esteja atualmente nas florestas tropicais, outros ecossistemas – savanas, pastagens, zonas úmidas, entre outros – estão sendo destruídos a um ritmo alarmante. Esses ecossistemas são cruciais para a diversidade biológica, sequestro de carbono e segurança alimentar/de água doce. Estima-se, por exemplo, que só as zonas úmidas armazenem o dobro do carbono de todas as florestas do mundo, apesar de constituírem apenas 3% da área terrestre mundial.²¹ Além disso, durante séculos, os solos férteis das pastagens naturais levaram à sua conversão descontrolada para uso em agricultura e pecuária, com esses ecossistemas representando atualmente até 80% da terra agrícola produtiva do mundo.²² No entanto, quase nenhum dos compromissos das empresas e instituições financeiras abrange toda a gama desses ecossistemas. Portanto, essas orientações enfatizam a importância de incluir esses ecossistemas mais amplos no processo de eliminação dos riscos de desmatamento e conversão dos ecossistemas das carteiras das instituições financeiras, e fazem referência a ferramentas e modelos específicos que se aplicam a ecossistemas além das florestas.

Além disso, há um impulso crescente para que as instituições financeiras assumam compromissos ousados, visando diretamente a eliminação dos riscos de desmatamento e conversão, bem como as emissões líquidas zero, para as quais a ação contra o desmatamento e a exposição à conversão são críticas.^{23,24} Estas orientações visam apoiar essas instituições financeiras para que cumpram esses compromissos.

Este relatório fornece recomendações sobre como as instituições financeiras privadas podem eliminar o desmatamento, a conversão de habitat e os riscos associados aos direitos humanos de seus portfólios, e descreve as oportunidades financeiras específicas, positivas para a natureza, que se encaixam mais perfeitamente no cenário das atuais ofertas das instituições financeiras privadas. Essas recomendações estão estreitamente alinhadas com as do Accountability Framework Initiative (AFi), bem como com as orientações detalhadas, passo a passo, descritas no Roteiro de Finanças Livres de Desmatamento da Global Canopy.^{25, 26}





ETAPA 1: COMPREENDENDO OS RISCOS MATERIAIS

Antes de poder tomar medidas de mitigação, uma instituição financeira deve desenvolver uma compreensão clara do perfil de risco de sua carteira, identificando conexões com os setores de alto risco e clientes e projetos específicos, onde a exposição seja relevante. Essas informações poderão, então, ser usadas para formar a base de uma política robusta e livre de desmatamento e conversão, e uma estratégia de engajamento eficaz.

A Força-Tarefa sobre Divulgações Financeiras Relacionadas à Natureza (TNFD) está desenvolvendo um modelo para ajudar as instituições financeiras a compreender e divulgar onde existem riscos materiais nas suas carteiras, e de que forma a natureza afeta seu desempenho financeiro a curto e longo prazos (a ser lançado em 2023). Nesse ínterim, um processo consistente com esse modelo pode ser usado para realizar a avaliação de risco.

O modelo que propomos abaixo dá suporte à identificação de setores, commodities e regiões específicas onde existam um risco material, e permite a categorização de clientes e empresas-alvo de investimentos como de risco “baixo”, “médio” ou “alto”. Essa segmentação de clientes será utilizada como ferramenta de priorização nas etapas posteriores, com foco em monitoramento e engajamento.

COMPREENDER QUE REGIÕES / SETORES APRESENTAM OS MAIORES RISCOS

Certos setores da indústria, e a presença de operações de clientes ou empresas-alvo de investimentos em pontos críticos de conversão de ecossistemas específicos, comportam um risco desproporcional.

Esta primeira etapa envolve a construção de uma lista e uma compreensão mais ampla desses setores e regiões, que carregam riscos significativos, fornecendo uma base para avaliar o perfil de risco de clientes e empresas-alvo de investimentos.

A análise dos setores deve considerar tanto aqueles com ligação direta com o desmatamento e a conversão de ecossistemas (por exemplo, produtores de commodities agrícolas) quanto aqueles

setores mais adiante, ao longo da cadeia de valor, conectados a essas atividades (por exemplo, através do fornecimento de commodities).

Da mesma forma, a análise das regiões também deve considerar as regiões de fornecimento, e não apenas as regiões ou locais onde a instituição financeira ou seus clientes e empresas-alvo de investimentos estejam localizados.

O Roteiro de Finanças Livres de Desmatamento da Global Canopy (Fase 1, Etapa B) lista setores específicos e commodities florestais de alto risco por região.²⁶ Os recursos adicionais referenciados fornecem contexto e detalhes adicionais a esses setores e regiões.

FERRAMENTAS/RECURSOS ÚTEIS

ENCORE: ferramenta interativa que destaca como as empresas de cada setor dependem do capital natural, como o mesmo as afetam, e como isso se traduz em risco empresarial.⁵⁶

Guia do Investidor da Ceres para Desmatamento e Mudanças Climáticas: inclui detalhes sobre os pares indústria de alto risco/commodity e região/commodity.⁵⁷

Global Forest Watch: plataforma geoespacial online que fornece informações sobre a mudança da cobertura/integridade da floresta ao longo do tempo.⁵⁸

LandMark: mapeia e detém informações sobre terras mantidas e usadas coletivamente por povos indígenas e comunidades locais. Inclui detalhes sobre mudanças na cobertura da terra ao longo do tempo, pressões potenciais sobre as mesmas e suas contribuições para a proteção do meio ambiente.⁵⁹

Atlas da Justiça Ambiental: documentos, catálogos e mapas geográficos dos conflitos sociais em torno das questões ambientais.⁶⁰

MapBiomas: fornece dados de cobertura do solo para todos os biomas brasileiros de 1985 até hoje.⁶¹

MapHubs: empresa de tecnologia que permite a análise e o rastreamento da conversão de ecossistemas (incluindo o desmatamento).⁶²

Verite Commodities Atlas: fornece uma visão geral de pares específicos de commodities/regiões que estão mais associados ao trabalho forçado e/ou trabalho infantil.⁶³

WWF Plowprint Mapping: apresenta uma pegada cumulativa da conversão em terras cultivadas nas Grandes Planícies da América do Norte. Atualizado anualmente.⁶⁴

IDENTIFICAR CLIENTES / EMPRESAS-ALVO DE INVESTIMENTOS COM RISCO EM POTENCIAL

Mapear clientes e empresas-alvo de investimentos atuais diante da lista de regiões e setores de alto risco identificados na Etapa 1 para entender quais têm provável exposição a todos os riscos de desmatamento e conversão (legais e ilegais) e direitos humanos.

Os recursos referenciados incluem listas de empresas consideradas mais influentes em cadeias de suprimentos com alto risco de desmatamento e conversão. Essas listas podem ser comparadas com clientes e empresas-alvo de investimentos atuais para identificar o risco em potencial.

FERRAMENTAS/RECURSOS ÚTEIS

Forest 500: relatório anual que lista as 350 empresas com maior influência em cadeias de suprimentos com riscos florestais, juntamente com força política, ações e progresso.⁶

Scorecards do WWF em Óleo de Palma e Soja: lista os compradores e comerciantes mais influentes nas indústrias de óleo de palma e soja e avalia seus compromissos e ações para a transição para fontes livres de desmatamento e conversão.^{65, 66}

Trase: mapeia as cadeias de suprimentos das empresas envolvidas no comércio de commodities, vinculando-as a municípios específicos.⁶⁷

ZSL SPOTT: lista e pontua produtores e comerciantes das principais commodities com risco de desmatamento e conversão quanto a suas divulgações, políticas e práticas.⁶⁸

World Benchmarking Alliance 'Food and Agriculture Benchmark': avalia e classifica as 350 empresas de alimentos e agricultura mais influentes do mundo quanto às suas contribuições para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.⁶⁹

DESIGNAR O NÍVEL DE PRIORIDADE DE CADA CLIENTE / EMPRESA INVESTIDA COM RISCO

Classifica a lista de clientes e empresas-alvo de investimentos com risco em potencial em diferentes níveis de prioridade com base em duas dimensões:

Grau de exposição, composto por:

- Extensão da conexão entre clientes/empresas-alvo de investimentos e regiões/setores de alto risco. As informações incluem:
 - % da receita anual dependente de setores de alto risco.
 - Locais de operações.
 - Locais de fornecimento de matéria-prima.
- Escala de financiamento ou investimento para considerar o % da carteira impactada e o grau de influência potencial.

Força de resposta de mitigação/controles de risco do cliente, indicados por:

- Presença de compromisso/política com especificidades de acordo com a política livre de desmatamento e conversão da instituição financeira.
- Evidência de que o cliente/empresa investida toma medidas diante de seus riscos. Por exemplo, através de:
 - % de produção ou abastecimento livre de desmatamento, evidenciado pelo rastreamento dos produtos até o ponto de produção.
 - Integração de fatores de desmatamento, conversão e direitos humanos em modelos internos de tomada de decisão.

- Inclusão de riscos de desmatamento em mecanismos internos de gatilho para identificar e abordar tais riscos (por exemplo, sistemas de monitoramento, engajamento de fornecedores, mecanismos de reclamação).

Uma visualização útil para dar suporte a esta análise é a representação gráfica de cada cliente ou empresa investida na matriz abaixo. A distribuição e o agrupamento da base de clientes da instituição financeira específica podem então ser avaliados, estabelecendo limites para o que se classificaria como de prioridade "alta", "média" ou "baixa". Observe que todos os clientes em que um risco provável não é identificado (ou seja, aqueles não considerados na Etapa 2) devem ser classificados como de prioridade "baixa".



FERRAMENTAS/RECURSOS ÚTEIS

Ferramentas e recursos observados em etapas anteriores, onde são fornecidos detalhes específicos de exposição da empresa, devem ser usados aqui. Os recursos adicionais incluem:

Mesa Redonda sobre Óleo de Palma Sustentável (RSPO): relata os volumes de óleo de palma e derivados produzidos, processados e garantidos por empresas membros da RSPO.⁷⁰

CDP Forests: possui uma coleção abrangente de dados autodeclarados de empresas e fornece uma 'lista A' descrevendo quais empresas demonstraram liderança corporativa em

desempenho ambiental e transparência.⁷¹

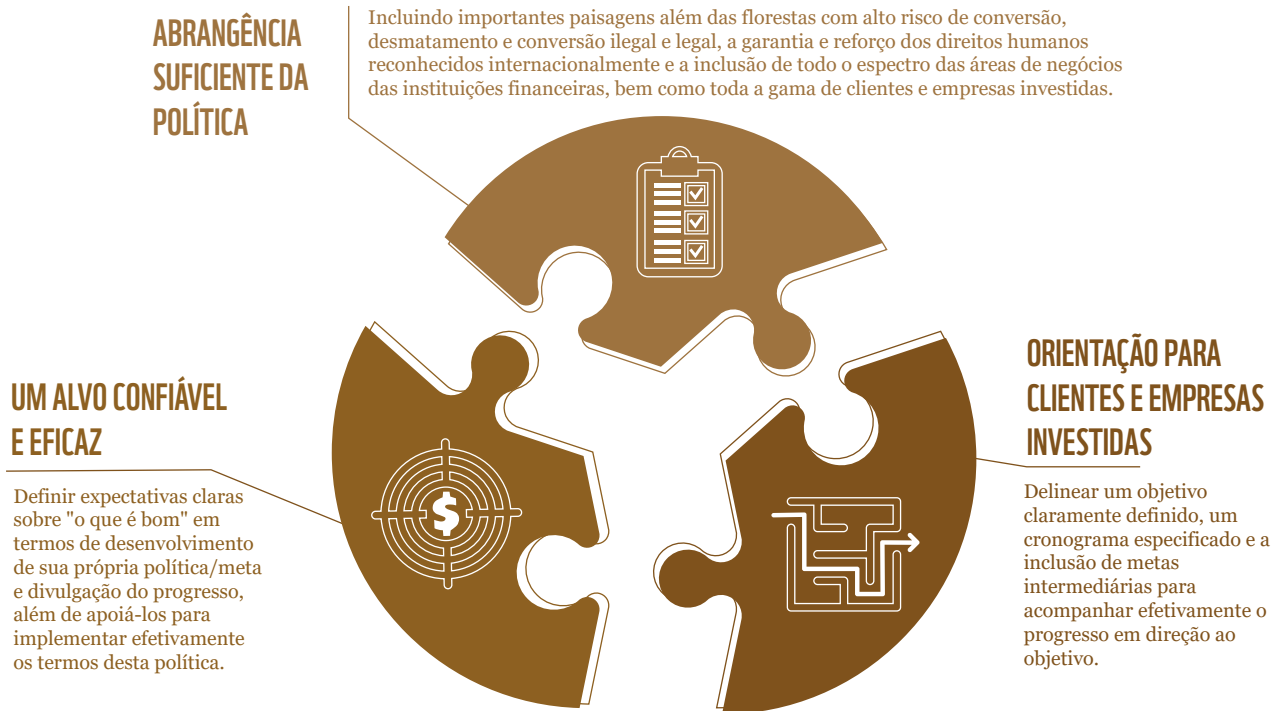
Para os clientes e empresas-alvo de investimentos cujos dados públicos não estão disponíveis, mas um risco provável foi identificado, um questionário pode ser enviado pedindo-lhes para fornecer essas informações diretamente.

Além disso, como parte de uma avaliação de risco pragmática, pode ser útil considerar a ausência de divulgação como um sinal de preocupação em si.



ETAPA 2: COMO AS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PODEM FAZER SUAS POLÍTICAS LIVRES DE DESMATAMENTO E CONVERSÃO DE MANEIRA EFICAZ

Uma vez que uma instituição financeira tenha uma compreensão clara de sua exposição ao risco, o próximo passo é desenvolver uma política livre de desmatamento e conversão. Isso define expectativas claras para os clientes e empresas-alvo de investimentos e fornece uma base para seu engajamento nesses riscos.



COMPONENTES RECOMENDADOS PARA AS POLÍTICAS - AMPLITUDE DA POLÍTICA DE FINANCIAMENTO LIVRE DE DESMATAMENTO E CONVERSÃO

Para estabelecer uma base sólida para a mitigação eficaz do risco, uma política de financiamento livre de desmatamento e conversão deve abranger todos os financiamentos, investimentos, seguros e produtos financeiros subjacentes, e abranger todos os riscos materiais identificados na etapa anterior. Isso inclui garantir que a política faça referências explícitas a:

Paisagens importantes, além das florestas, com alto risco de conversão. Isso inclui, mas não se limita a, pastagens, savanas e zonas úmidas (incluindo turfeiras). Esses ecossistemas cobrem uma área significativamente maior da superfície da Terra do que as florestas, e são essenciais para sustentar um clima habitável e manter a biodiversidade e a saúde humana. No entanto, eles normalmente apresentam um alto risco de conversão, dada a falta de reconhecimento e compreensão da importância dos benefícios que fornecem. A Lista Vermelha de Ecossistemas da IUCN apresenta avaliações do risco de perda de biodiversidade em milhares de ecossistemas em todo o mundo.²⁷

Desmatamento e conversão legais e ilegais. A legalidade não garante a sustentabilidade dos recursos naturais, uma vez que muitas vezes permite o desmatamento

e a conversão em larga escala. Portanto, informações adicionais (além da ilegalidade) são cruciais para obter uma compreensão abrangente do risco. Por exemplo, em todo o Brasil, Argentina e Paraguai, estima-se que cerca de 110 milhões de hectares de floresta ainda possam ser legalmente convertidos para outros usos da terra. A legislação para proteger outros ecossistemas naturais, como as zonas úmidas e as pastagens, também é frequentemente mínima. Como resultado, apesar da conversão legal não carregar o mesmo risco legislativo, também não remove os riscos físicos ou sistêmicos em torno dessas atividades.

A garantia e o reforço dos direitos humanos reconhecidos internacionalmente. Incluindo o consentimento livre, prévio e informado (FPIC);ⁱⁱ direitos à terra; direitos de acesso; direitos dos trabalhadores; governança justa; e igualdade de gênero.

O espectro completo de ofertas e a gama completa de clientes e empresas-alvo de investimentos. Para contabilizar todos os riscos de forma abrangente, todo relacionamento deve ser considerado no escopo dessa política, independentemente do produto ou serviço financeiro específico oferecido, ou da posição do cliente ou empresa investida na cadeia de suprimentos.

COMPONENTES RECOMENDADOS PARA AS POLÍTICAS - METAS CONFIÁVEIS E EFICAZES

Uma instituição financeira que tenha uma meta realista e eficaz serve como importante referência de sucesso. Sua presença também pode levar à identificação de oportunidades adicionais, ajudando a conquistar a atenção da alta administração e financiamentos. Tal meta deve incluir três componentes:

- 1. Um objetivo claramente definido,** especificando uma ambição de não conversão de um dado ecossistema natural e tolerância zero para ameaças e ataques contra defensores ambientais e de direitos humanos, com definições alinhadas a padrões reconhecidos, como por exemplo, aqueles produzidos pelo Accountability Framework Initiative.²⁵

ii O direito humano coletivo dos povos indígenas e comunidades locais de negar ou fornecer seu consentimento a qualquer atividade que possa afetar seus direitos, recursos, terras, territórios, segurança alimentar e meios de subsistência.

- 2. Uma cut-off date específica.** A cut-off date é a data de referência após a qual a conversão do ecossistema implicará na violação do compromisso, pela produção ou fornecimento, por parte dos clientes ou empresas-alvo de investimentos. Em consonância com as orientações do Accountability Framework Initiative, os compromissos devem seguir cut-off date de todo o setorⁱⁱⁱ – e, caso não existam, não devem ser posteriores a 2020.²⁸
- 3. Uma target date ambiciosa.** A target date é a data em que a organização pretende alcançar seu compromisso plenamente. Recomendamos a target date de 2025, de acordo com os princípios do Accountability

Framework Initiative para uma alta ambição, a orientação da iniciativa Metas Baseadas na Ciência, e o compromisso recente de mais de 30 instituições financeiras durante a COP26.²⁹

- 4. Inclusão de metas intermediárias e atreladas ao tempo para rastrear o progresso, de forma efetiva, em direção ao objetivo.** Essas metas podem ser de natureza operacional, comparando marcos organizacionais específicos (por exemplo, data em que a primeira avaliação de risco deve ser concluída, data em que a primeira divulgação completa deve ser efetuada).

COMPONENTES RECOMENDADOS PARA AS POLÍTICAS - ORIENTAÇÃO PARA CLIENTES E EMPRESAS-ALVO DE INVESTIMENTOS

As empresas estão em estágios muito diferentes na eliminação do desmatamento, conversão e riscos associados aos direitos humanos de suas operações. Como resultado, oferecer expectativas claras e orientações específicas sobre “o que deve ser feito” é importante para apoiá-las na implementação efetiva dos termos das políticas. Existem quatro áreas principais para definir as expectativas:

- 1. Exigir que os clientes e as empresas-alvo de investimentos estabeleçam uma meta e uma política abrangentes e com prazo determinado para eliminar o desmatamento e a conversão das suas operações, de acordo com a ambição da política global das instituições financeiras.** As políticas devem se aplicar a todas as suas operações e cadeias de suprimentos, além de incluir todas as atividades, commodities e países de operação, abrangendo especificamente fornecedores diretos e indiretos e violações de direitos humanos. Consulte as orientações da Política de Cadeia de Suprimentos do Accountability Framework Initiative para obter mais detalhes, incluindo cut-off date e metas recomendadas, além de um exemplo de uma política empresarial.³⁰
- 2. Fornecer orientações sobre o que constitui uma divulgação satisfatória.** Para receber reconhecimento pelos seus progressos e permitir um acompanhamento eficaz, é importante que os clientes e as empresas-alvo de investimentos apresentem relatórios regulares e transparentes sobre os seus progressos, no sentido do cumprimento das suas metas. É previsto que, em 2023, o Grupo de Trabalho sobre Divulgações Financeiras Relacionadas com a Natureza compartilhe orientações específicas que poderão ser utilizadas como modelo para orientar essas divulgações, sendo uma característica importante a obrigação de fornecer informações sobre a localização dos ativos e provas de rastreabilidade da cadeia de suprimentos. Entretanto, os clientes e as empresas-alvo de investimentos devem assegurar que seus relatórios e divulgações estejam alinhados às melhores práticas descritas no Accountability Framework Initiative, que fornece orientações sobre a comunicação de compromissos, ações e progressos.³¹ O questionário florestal do CDP fornece uma plataforma

para confecção de relatórios claramente alinhados às expectativas do Framework, e a próxima Norma GRI para o Setor de Agricultura, Aquicultura e Pesca incluirá um conjunto abrangente de indicadores para a confecção de relatórios de forma alinhada.³² Além disso, a metodologia de avaliação da empresa Forest 500 está alinhada ao Accountability Framework e fornece detalhes adicionais, por meio de sua metodologia de pontuação escalada, sobre o que constitui uma divulgação efetiva, bem como o que seria considerado uma divulgação insuficiente.³³

- 3. Recursos de referência que clientes e empresas-alvo de investimentos podem utilizar como suporte para a eliminação desses riscos de suas cadeias de suprimentos.** Incluem as orientações operacionais do Accountability Framework Initiative, além dos recursos que fornecem orientações específicas dependendo da posição da empresa na cadeia de suprimentos.³⁴ Por exemplo, o *WWF Deforestation and Conversion Free Supply Chain Asks* descreve requerimentos específicos para empresas em diferentes estágios da cadeia de suprimentos, enquanto o *WWF Deforestation and Conversion Free (DCF) Implementation Toolkit* fornece um processo para dar suporte a empresas em diferentes pontos ao longo da cadeia de suprimentos na implementação de seus compromissos, visando especificamente a carne bovina, a soja e o couro nos biomas Amazônia, Cerrado e Chaco.^{35,36}
- 4. Descrever as implicações para clientes ou empresas-alvo de investimentos de não apresentar um progresso aceitável em relação aos requisitos descritos na política.** Essas implicações geralmente devem começar com o engajamento ativo da instituição financeira a fim de desenvolver um plano para atingir os objetivos, juntamente com pontos de contato frequentes para monitorar o progresso (por exemplo, a cada três a seis meses). Para fornecer orientações sobre o que constitui um ‘progresso aceitável’, pode-se consultar as metas intermediárias delineadas pela Rede de Metas Baseadas na Ciência (SBTN).³⁷

ⁱⁱⁱ As cut-off dates para todo o setor são aquelas que se aplicam a uma parte dominante ou abrangente de uma commodity específica em uma geografia específica. Elas podem surgir através de uma série de meios, incluindo, mas não se limitando a, (i) políticas governamentais ou (ii) ações voluntárias de uma série de empresas que detenham uma parcela significativa do mercado.



ETAPA 3: DUE DILIGENCE E MONITORAMENTO DO PROGRESSO

A due diligence e o gerenciamento de riscos são partes fundamentais das operações diárias de uma instituição financeira, seja através da triagem do risco de crédito de potenciais clientes de crédito corporativo, o monitoramento regular de fatores que influenciam no desempenho das participações em uma carteira, ou a análise frequente de risco para reprecificar apólices de seguro ao longo do tempo. Recomendamos que as instituições financeiras incorporem fatores de desmatamento, conversão e direitos humanos associados, a esse processo contínuo, comparando clientes e empresas-alvo de investimentos atuais e potenciais, com os objetivos da política geral livre de desmatamento e conversão.

Embora todos os clientes identificados como tendo risco potencial na Etapa 1 devam ser monitorados em seu progresso, para gerenciar efetivamente a exposição, o primeiro foco deve ser no monitoramento de clientes categorizados como de “alto risco”, seguido pelos de “risco médio”.

FATORES ESPECÍFICOS QUE PODEM SER UTILIZADOS PARA AVALIAR O DESEMPENHO E O PROGRESSO INCLUEM:

Presença e força do cliente ou da empresa investida em políticas sem desmatamento e sem conversão.

Deve-se considerar o alinhamento das target dates com as da instituição financeira, e se a política possui escopo e abrangência suficientes em termos de atividades, commodities e regiões.

Progresso no sentido de garantir os direitos humanos reconhecidos internacionalmente. As empresas devem ter políticas claras de direitos humanos alinhadas com as orientações do Accountability Framework Initiative e demonstrar as ações tomadas para garantir, ao longo de sua cadeia de suprimentos, o consentimento livre, prévio e informado (FPIC), direitos à terra, direitos de acesso, direitos dos trabalhadores, governança justa e igualdade de gênero.³⁸

Demonstração da rastreabilidade da cadeia de suprimentos. A capacidade dos clientes de rastrear os volumes das commodities até sua origem permite compreender até que ponto eles podem determinar o status de desmatamento e conversão das commodities que produzem ou obtêm. Uma alta proporção de volumes provenientes de regiões de alto risco sem rastreabilidade adicional, ou uma alta proporção de commodities provenientes de uma origem desconhecida, indicam um alto risco de desmatamento e conversão na cadeia de suprimentos. Como as empresas encontram-se em diferentes estágios de rastreamento de suas cadeias de suprimentos, esses dados podem não estar disponíveis imediatamente. Nesse ínterim, os mapeamentos da cadeia de suprimentos e as avaliações de risco podem ser usados para avaliar o risco de forma pragmática.

Evidência de desmatamento, conversão ou violações associadas de direitos humanos nas operações de um cliente ou uma empresa investida. Pode ser obtida

por meio de relatórios diretos, mapeamento geoespacial de operações ou presença de casos abertos de desmatamento, conversão ou abusos de direitos humanos em suas cadeias de suprimentos ou atividades de financiamento.

Confirmação das atividades excluídas em locais específicos. Inclui a conversão de áreas legalmente protegidas e do Patrimônio Mundial da UNESCO, ou de áreas de alto estoque de carbono (HCS) e alto valor de conservação (HCV).

Para permitir um monitoramento eficaz, as expectativas de divulgação descritas na política livre de desmatamento e conversão devem estar alinhadas a esses fatores. No entanto, já que a comunicação dessas informações atualmente é escassa, nos casos em que as informações não estejam publicamente disponíveis, as instituições financeiras devem solicitar esses detalhes explicitamente, realizando um acompanhamento direto quando as empresas não puderem ou não quiserem fornecê-las. As fontes de dados externos no Anexo 1 podem ser usadas para preencher quaisquer lacunas e validar as informações recebidas.

Se a instituição financeira determinar que não há informações suficientes para avaliar os riscos relevantes, o caminho de ação recomendado vai depender do relacionamento atual com a empresa. Em relação aos clientes ou às empresas-alvo de investimentos existentes, recomenda-se engajar a empresa, conforme descrito na etapa a seguir, estabelecendo um plano de prazo definido, para garantir que o cliente ou a empresa investida possa apresentar evidências de conformidade com os termos da política da instituição financeira dentro de um período especificado. Em relação a potenciais clientes ou empresas-alvo de investimentos, recomenda-se estabelecer um requisito para comprovar a conformidade com o critério de financiamento ou investimento, detalhando um cronograma específico e as consequências do não cumprimento do requisito.

PAPEL DAS CERTIFICAÇÕES NO MONITORAMENTO DO PROGRESSO

A maioria dos compromissos das empresas (65–75%) que buscam lidar com o desmatamento e a conversão impulsionados por commodities depende muito dos esquemas de certificação. Quando efetivamente implementada, a certificação fornece apoio vital aos atores da cadeia de valor que caminham para práticas mais sustentáveis.¹⁸ No entanto, é importante compreender que os requisitos específicos, grau de monitoramento e execução das certificações variam, afetando a solidez relativa e a credibilidade dos diferentes regimes. A Global Canopy avalia o panorama dos esquemas de certificação globais anualmente, descrevendo aqueles que julgam ‘confiáveis’ de acordo com a Metodologia de Avaliação de Empresas da Forest 500.⁵⁰

Como resultado, o WWF assume a posição de que a certificação é um trampolim que precisa ser complementado

com outras intervenções. É apenas uma ferramenta, e não garantirá cadeias de suprimentos de commodities responsáveis e sustentáveis se for utilizada isoladamente. Ao considerar o progresso e o perfil de risco de uma empresa específica, a presença de certificações é um indicador positivo. No entanto, é fundamental que as empresas empreendam ações além da unidade de certificação, como adotar abordagens jurídicas e paisagísticas, conectar pequenos agricultores a cadeias de suprimentos éticas por meio de investimentos financeiros e de capacitação, e apoiar o desenvolvimento de princípios e diretrizes para orientar os modelos nacionais e locais. Como resultado, as informações adicionais especificadas acima, compondo o processo de devida diligência e monitoramento, devem ser coletadas como pontos de dados incrementais para avaliar o risco, além de obter insights importantes fornecidos pelas certificações.

ESTUDO DE CASO | CERTIFICAÇÕES EM POLÍTICAS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Mesa Redonda sobre Óleo de Palma Sustentável (RSPO) e sua inclusão na política de commodities agrícolas do HSBC

A RSPO é uma plataforma multisetorial sem fins lucrativos que reúne as partes interessadas da indústria do óleo de palma para desenvolver e implementar normas globais para o óleo de palma sustentável. O sistema de certificação construído em torno dos princípios e critérios da RSPO, quando aplicado corretamente, pode ajudar a minimizar o impacto negativo do cultivo de óleo de palma no meio ambiente e nas comunidades das regiões produtoras.

No entanto, assim como acontece com outros sistemas de certificação, existem deficiências na norma da RSPO e na sua implementação que ainda precisam ser abordadas. As estimativas indicam que apenas 19% da produção global de óleo de palma é atualmente certificada pela RSPO. Desse total, apenas 50% a 65% são vendidos como certificados.³⁷ O óleo de palma insustentável, portanto, continua sendo a norma, vendido como material não certificado por meio de cadeias de suprimentos convencionais, e dos modelos *RSPO Mass Balance* e *Book and Claim* de cadeia de suprimentos.

Como resultado, embora exigir que clientes e empresas-alvo de investimentos sejam certificados através da RSPO possa ser um método eficaz e pragmático para gerenciar o risco de desmatamento e conversão, isso não pode ser usado como um instrumento isolado. O WWF e outras partes apresentaram uma resolução na última Assembleia Geral da RSPO, em 2021, solicitando à organização que “Melhore a robustez do modelo *RSPO Mass Balance* para acelerar a adoção do Óleo de Palma Sustentável Certificado”.³⁹

O HSBC tem uma das abordagens mais rigorosas para impulsionar o óleo de palma sustentável em sua carteira^{iv}. Em sua política de commodities agrícolas de óleo de palma, o HSBC exige explicitamente que os clientes obtenham a certificação RSPO como pré-requisito para o financiamento.⁴⁰



© Matthieu Paley

iv Opinião do WWF no momento da publicação



ETAPA 4: MELHORES PRÁTICAS DE ENGAJAMENTO DE CLIENTES E EMPRESAS-ALVO DE INVESTIMENTOS

O engajamento ativo e desde o começo deve ser um componente central de qualquer estratégia para gerenciar o desmatamento, a conversão e os riscos associados aos direitos humanos em uma carteira financeira. Além de simplesmente dar suporte a clientes e empresas-alvo de investimentos em suas jornadas para alinhar suas atividades com seus compromissos, o engajamento envia um sinal claro de que a instituição financeira leva a sério a implementação de sua política, impulsionando uma maior adesão e um ciclo de feedback positivo subsequente

Uma estratégia de engajamento eficaz consiste em dois componentes. Primeiro, um modelo para determinar quais clientes engajar e, depois, um processo de engajamento que incorpore as melhores práticas e orientações sobre como alcançar a conformidade. Esta etapa fornece orientações sobre cada um desses componentes.

Como facilitador fundamental de um engajamento eficaz, é importante garantir que os segmentos de funcionários relevantes, incluindo gerentes de carteiras, consultores de clientes e executivos de risco, sejam suficientemente treinados para poder incluir esses tópicos em suas conversas com clientes e empresas-alvo de investimentos.



ETAPA 1: DETERMINE QUAIS CLIENTES ENGAJAR

Dado que as instituições financeiras normalmente investem em um grande número de empresas em suas carteiras e/ou oferecem uma grande variedade de produtos e serviços, o número de relacionamentos em escopo para um potencial engajamento pode simplesmente se tornar muito grande e deixar de ser algo prático. Como resultado, um modelo de priorização é crucial para garantir o uso eficaz de tempo e recursos. Duas métricas devem ser consideradas ao definir essa priorização:

1. **Aqueles em melhor posição para mitigar o risco.** Priorizar os clientes identificados como de “alto risco” ou “médio risco” no processo de análise de risco descrito na Etapa 1 permite a identificação das áreas de risco material mais relevantes em uma carteira.
2. **Aqueles considerados como tendo apresentado progressos insuficientes na gestão de seus riscos e impactos.** Avaliar as informações coletadas no processo de monitoramento anual (descrito na Etapa 3) e identificar aqueles que não apresentaram progressos aceitáveis para impulsionar o desmatamento e a conversão zero em suas carteiras. Os potenciais parâmetros de referência incluem:
 - a. Falta de divulgação transparente de evidências de conformidade ou progresso em direção às metas. A transparência é um primeiro passo fundamental para eliminar riscos e, portanto, como parte de uma avaliação pragmática, pode ser útil considerar a ausência de divulgação como um sinal de preocupação em si.
 - b. Ausência de um compromisso ou plano com prazo definido em conformidade com os detalhes da política da instituição financeira.
 - c. Ocorrências específicas de atividades que não estejam em conformidade com a política da instituição financeira. Estas podem ser identificadas por:
 - i. Casos de não conformidade identificados em mecanismos de reclamação, notícias da mídia, plataformas de crowdsourcing, ONGs ou relatórios da comunidade (por exemplo, Eyes on the Forest, Greenpeace, Pesquisa de Reação em Cadeia, Testemunha Global, RepRisk ou outros serviços semelhantes).
 - ii. Sistemas de alertas precoces baseados em satélites que rastreiam mudanças no uso da terra perto de operações de clientes ou empresas-alvo de investimentos (por exemplo, Global Forest Watch, MapHubs).
 - iii. Progresso inaceitável em relação a um compromisso ou plano com prazo definido. Deve ser estabelecido caso a caso, a partir de evidências coletadas durante os esforços de monitoramento e engajamento. As metas intermediárias das empresas, estabelecidas em seus compromissos, muitas vezes podem ser referências úteis.

ETAPA 2: ENGAJAR OS CLIENTES PRIORIZADOS COM AS MELHORES PRÁTICAS EM MÉTODOS DE ENGAJAMENTO

As seguintes iniciativas podem ser utilizadas em engajamentos com clientes e empresas-alvo de investimentos. Além disso, essas medidas podem ser incorporadas às oportunidades de engajamento existentes e aos processos de conformidade, como etapas complementares.



APLICÁVEL A TODAS AS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Reunir-se com a equipe de gestão do cliente ou da empresa investida para discutir o progresso e as possíveis barreiras. Nessa reunião, é importante descrever por que eles foram identificados como uma prioridade para o engajamento e por que são considerados de alto risco. Comunicar as expectativas, referindo-se a um documento

de política pública, e identificar quaisquer problemas que estejam enfrentando na avaliação e ação sobre seus riscos de desmatamento, conversão e direitos humanos associados, compartilhando esforços de orientação e suporte para ajudar a resolver essas lacunas.

EXEMPLOS DE PERGUNTAS A SEREM FEITAS DURANTE OS ENGAJAMENTOS INCLUEM:

- A empresa concluiu uma avaliação de risco de seus impactos e dependências de desmatamento e conversão? A empresa entende quais riscos são financeiramente relevantes?
- A política da empresa é forte o suficiente?
O compromisso da empresa é quantificável, com uma meta com prazo específico alinhada com a meta da organização?
A política se aplica, além do desmatamento, à conversão de todos os ecossistemas?
A política faz referência específica à conversão legal e ilegal?
A política inclui todas as operações e cadeias de suprimentos, bem como fornecedores diretos e indiretos?
- A empresa tem uma estratégia para atingir suas metas, incluindo metas intermediárias com prazos definidos?
Essa estratégia inclui um plano de ação para fornecedores ou regiões com alto risco de desmatamento, conversão e direitos humanos associados?
- A empresa está divulgando seu progresso em intervalos regulares (por exemplo, anualmente) quanto aos seus compromissos de desmatamento e conversão zero?
- Quais são as principais barreiras internas ou externas à ação contra os riscos de desmatamento, conversão e direitos humanos associados da empresa?

Engajar os clientes em um diálogo para fortalecer sua capacidade de mitigação de riscos. Apesar de muitas vezes só serem consideradas por lidarem com riscos, as companhias de seguros possuem uma profunda experiência na avaliação e na redução dos mesmos. Isso as torna aptas a fornecer conselhos de gestão aos clientes para prevenir ou reduzir os riscos de desmatamento e conversão.

Incentivar o uso das orientações do Accountability Framework, da Rede de Metas Baseadas na Ciência (SBTN) e do Projeto de Iniciativa de Metas Baseadas na Ciência Floresta, Terra e Agricultura (SBTi FLAG).^{25,41,42} O Accountability Framework fornece orientações operacionais detalhadas para alcançar cadeias de

suprimentos éticas. A SBTN também divulgou orientações provisórias que permitem às empresas entender onde e como analisar riscos e concentrar esforços. Metodologias completas para apoiar a definição de metas em todos os sistemas da Terra estão previstas para serem lançadas em 2022. Além disso, a SBTi divulgou orientações para permitir que as empresas dos setores de alimentos, agricultura e floresta estabeleçam metas de redução de emissões baseadas na ciência, incluindo emissões e remoções relacionadas à terra.

Aumentar a interação com clientes e empresas-alvo de investimentos identificadas como não-conformes. Avaliar o progresso a cada seis meses até que retornem a uma trajetória propícia ao cumprimento de seus compromissos.



APLICÁVEL A GESTORES DE ATIVOS/PROPRIETÁRIOS DE ATIVOS

Exercer os direitos de voto por procuração para apoiar resoluções focadas em eliminar das atividades o desmatamento e a conversão. Os gestores de ativos devem incorporar considerações sobre desmatamento e conversão em suas diretrizes de votação por procuração, divulgadas publicamente para garantir que estejam aproveitando essa oportunidade para gerenciar os riscos de desmatamento e conversão.

Propor e levar à Assembleia Geral deliberações de acionistas visando questões de desmatamento e conversão. Impulsionar ativamente as empresas da carteira a incrementar o perfil dessas questões e abordar as principais lacunas.

O DESINVESTIMENTO OU O TÉRMINO DE RELACIONAMENTO COM CLIENTES SÓ DEVEM SER CONSIDERADOS DEPOIS QUE HOUVER ESFORÇOS SIGNIFICATIVOS PARA ENGAJÁ-LOS

Devido à natureza dos mercados financeiros globais, o desinvestimento ou a remoção de um cliente por uma instituição financeira pode ser um instrumento contundente, que resulta na entrada em cena de outra instituição financeira, menos responsável, para preencher a lacuna. Isso pode fazer com que empresas insustentáveis socioambientalmente continuem recebendo financiamento sem qualquer forma de salvaguardas ou engajamento quanto a seus impactos ambientais e sociais.

No entanto, embora o engajamento geralmente apresente o maior potencial para melhorar a sustentabilidade socioambiental um setor, quando as possibilidades de engajamento se esgotam e uma empresa não consegue comprovadamente progredir diante de expectativas claras, o desinvestimento ou o término do relacionamento com o

cliente deve ser o próximo passo. Isso é fundamental para garantir a mitigação efetiva dos riscos financeiros associados ao desmatamento, à conversão dos ecossistemas e às possíveis perdas financeiras subsequentes.

É importante ser claro sobre as condições específicas que resultariam nesse curso de ação para evitar a percepção de uma ameaça vazia e o risco de “engajamento de fachada”, quando as empresas mantêm alguma forma de diálogo para parecerem sustentáveis ambientalmente, sem, no entanto, alcançarem progressos reais. Além disso, caso seja necessário o desinvestimento ou a remoção de um cliente, os nomes de cada empresa e o processo que conduz a esses desinvestimentos deverão ser divulgados publicamente, na medida em que os requisitos de confidencialidade do cliente o permitam.





ETAPA 5: RELATÓRIOS TRANSPARENTES

Relatórios de transparência frequentes são uma alavanca importante para pressionar outras instituições financeiras a impulsionarem proativamente a eliminação do desmatamento e da conversão de suas carteiras, reduzindo os riscos para o setor financeiro como um todo. Eles também garantem o reconhecimento pelo progresso que está sendo alcançado e envia um sinal de intenção aos clientes e empresas-alvo de investimentos.

Dadas as nuances e a complexidade de medir os impactos sobre a natureza, é importante que as divulgações e os relatórios sejam consistentes entre as instituições financeiras, com definições unificadas e métricas padronizadas. Isso garante a clareza sobre os progressos alcançados e a comparabilidade entre os intervenientes. A Força-Tarefa sobre Divulgações Financeiras Relacionadas à Natureza (TNFD) foi criada para desenvolver um modelo consistente e abrangente para as organizações relatarem e gerenciarem suas exposições aos crescentes riscos e oportunidades da natureza. Essas orientações estão previstas para serem lançadas em 2023, com recomendações iniciais já disponíveis. As instituições financeiras devem acompanhar e dar suporte ao progresso da TNFD para garantir que estejam bem posicionadas para agir conforme as orientações depois de divulgadas.

Nesse ínterim, até que as orientações tenham sido desenvolvidas, as instituições financeiras devem relatar publicamente, de forma proativa, informações e métricas incluindo:

Políticas e compromissos para eliminar de suas carteiras os riscos de desmatamento, conversão e direitos humanos associados. A target date e o plano para atingir esse objetivo devem ser delineados.

Evidências da implementação de políticas de desmatamento ou conversão zero. As medidas tomadas no ano anterior devem ser divulgadas, incluindo dados sobre:

- A porcentagem da carteira avaliada no âmbito do modelo de avaliação de risco (como parte do financiamento total/ativos sob gestão/receitas).
- A porcentagem de clientes e empresas-alvo de investimentos engajada em cada categoria de risco, para apoiar suas jornadas no compromisso do não

desmatamento ou conversão, e os maiores impactos do engajamento (tanto em termos absolutos e como parte do financiamento total/ativos sob gestão/receitas).

- Detalhes sobre os casos específicos em que um desinvestimento foi necessário ou uma relação foi encerrada como resultado de progressos insuficientes na eliminação dos riscos de desmatamento e conversão, incluindo os nomes e processos que levaram a tais desinvestimentos, na medida em que os requisitos de confidencialidade do cliente o permitam.

Visão geral da exposição financeira. Devem ser fornecidos insights sobre a forma como o perfil de risco da instituição financeira tem mudado ao longo do tempo, e evidências do progresso em direção às metas. Vários dados podem ser relatados em intervalos regulares (por exemplo, anualmente), incluindo:

- Valor para a instituição financeira do financiamento ou exposição do investimento em regiões ou commodities específicas, onde tenha sido identificado um alto risco de desmatamento, conversão ou problemas de direitos humanos associados.
- Soma de financiamentos e volume de clientes classificados nas categorias de alto, médio e baixo riscos, incluindo a evolução dessa exposição ao longo do tempo, assim como detalhes sobre a hierarquia e os limites de mitigação de risco usados para determinar essas classificações de risco, de acordo com o modelo descrito na Etapa 1.
- Proporção de clientes e empresas-alvo de investimentos classificados como apresentando um compromisso robusto e no caminho certo para cumprir essas metas.



OPORTUNIDADES FINANCEIRAS POSITIVAS PARA A NATUREZA A FIM DE PROTEGER E RESTAURAR AS PRINCIPAIS PAISAGENS

Além de direcionar o capital *para longe* de atividades que impulsionem o desmatamento e a conversão de ecossistemas, as instituições financeiras também estão bem posicionadas para direcionar o capital *para perto* de atividades positivas para a natureza, que protejam e restaurem essas paisagens principais, inclusive por meio de soluções baseadas na natureza.^v

Os investimentos financeiros sustentáveis experimentaram um crescimento significativo nos últimos anos, com a Global Sustainable Investment Alliance (GSIA) estimando que 36% de todos os ativos geridos profissionalmente em 2020 foram direcionados para investimentos que consideram fatores ESG, representando um crescimento de 55% em relação aos quatro anos anteriores.⁴³ Uma pesquisa recente realizada pelo HSBC, com 2.000 emissores do mercado de capitais e investidores institucionais, indica que essa tendência provavelmente continuará, com 94% dos emissores esperando se afastar, em cinco anos, dos modelos de negócios ambiental e socialmente deficientes.⁴⁴ Além disso, dado o

maior foco na interconectividade entre a natureza e os riscos climáticos, como exemplificado nas discussões durante a COP26, os investimentos focados na natureza provavelmente ganharão uma atração considerável.

O WEF estimou que a transição dos três sistemas socioeconômicos (alimentação, uso da terra e do oceano) para uma trajetória positiva para a natureza pode gerar US\$ 10 trilhões em valor comercial até 2030, com um investimento anual total de US\$ 2,7 trilhões.⁴⁵ Além disso, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente estima que o investimento em soluções baseadas na natureza precisará triplicar em termos reais até 2030, e quadruplicar até 2050, para que o mundo possa cumprir seus objetivos em matéria de alterações climáticas, biodiversidade e degradação dos solos.⁴⁶ Isso constitui uma oportunidade atraente para que as instituições financeiras apresentem um impacto ambiental positivo e, ao mesmo tempo, mobilizem capital de uma forma comercialmente viável.

Essas oportunidades podem ser capturadas pelas instituições financeiras que desenvolvam versões de instrumentos e ofertas financeiras comuns incorporando uma lente de sustentabilidade em seus termos, também conhecidos como 'produtos financeiros verdes'. Exemplos específicos incluem:

TÍTULOS VERDES



Instrumentos de rendimento fixo concebidos especificamente para angariar fundos para projetos novos e existentes que proporcionem benefícios ambientais. O interesse do mercado em tais instrumentos em crescido em um ritmo acelerado, com a emissão anual de títulos verdes superando os US\$ 500 bilhões em 2021.³ Embora vários títulos verdes tenham sido desenvolvidos para financiar projetos relacionados à energia, há uma necessidade clara de instrumentos que financiem projetos de apoio à proteção e restauração de ecossistemas.

INVESTIMENTOS SUSTENTÁVEIS EM FUNDOS



Carteiras de ações e/ou títulos para os quais os fatores ambientais são fundamentais para o processo de investimento. Essas carteiras estão ganhando popularidade rapidamente, impulsionadas por seus retornos e se tornando cada vez mais competitivas em comparação aos fundos convencionais. Para gerar um impacto mais positivo, esses fundos devem ter um foco especializado. Por exemplo, um foco em alimentos sustentáveis e práticas agrícolas regenerativas. Alguns fundos de investimento sustentáveis hoje observados e que possuem uma visão ampla, embora relativamente melhores do que os fundos "padrão", ainda estão longe de serem sustentáveis.

ESTUDO DE CASO | INVESTIMENTOS EM FUNDOS SUSTENTÁVEIS

Fundo de Investimento ERSTE WWF Stock Environment

Desde 2006, a Erste Asset Management e o WWF cooperam para administrar o Fundo de Investimento ERSTE WWF Stock Environment, que investe principalmente em empresas que oferecem e promovem tecnologias, produtos e serviços ambientalmente corretos.

Com base em um conjunto de diretrizes e critérios de exclusão, um conselho consultivo ambiental iniciado pelo WWF examina todos os investimentos propostos para determinar se cumprem o mandato do fundo.

O fundo experimentou um crescimento significativo dos ativos sob sua gestão, passando de US\$ 36 milhões, no início do relacionamento com o WWF, para US\$ 890 milhões no final do ano fiscal de 2021.⁴⁷

^v Refere-se a um conjunto de ações ou políticas que aproveitam o poder da natureza para enfrentar alguns de nossos desafios sociais mais urgentes, como ameaças à segurança hídrica, o risco crescente de desastres, ou as mudanças climáticas.



PRODUTOS INOVADORES NA ÁREA DE SEGUROS

Dadas suas funções de operadoras e gestoras de risco, as companhias de seguros encontram-se numa posição privilegiada para fornecer ofertas que ajudem a promover a sustentabilidade ambiental. Por exemplo, os seguros podem ser eficazes em paisagens onde as mudanças nos padrões climáticos têm resultado em rendimentos mais irregulares das safras, limitando a previsibilidade dos fluxos de caixa dos agricultores e, por sua vez, sua capacidade de implementar práticas agrícolas sustentáveis e gestão resiliente da terra.

ESTUDO DE CASO | PRODUTOS INOVADORES DE SEGUROS

Proteger os rendimentos agrícolas com produtos de seguros inovadores

Estima-se que existam 500 milhões de famílias de pequenos agricultores em todo o mundo. Esses produtores são responsáveis por 29% da produção agrícola global e desempenham um papel fundamental na produção das commodities de alto risco de conversão discutidas neste relatório.⁴⁸ Como resultado, a adoção de práticas agrícolas sustentáveis por esse grupo é fundamental para desvincular a degradação ambiental da agricultura de commodities. Um dos principais impeditivos para o investimento em tecnologias mais sustentáveis e produtivas é a volatilidade dos rendimentos devido a desastres naturais. Por que investir em ativos caros, dada a possibilidade assustadora de perder tudo em uma tempestade?

Produtos de seguros inovadores estão sendo desenvolvidos para ajudar a aumentar a resiliência na agricultura. Por exemplo, para mitigar os riscos da seca, uma das maiores ameaças aos agricultores, a SwissRe e a Vandersat (fornecedora holandesa de dados de umidade do solo) fizeram uma parceria para desenvolver uma ferramenta orientada por tecnologia para medir os níveis de umidade em tempo real em todo o mundo. Uma solução de seguro foi, então, desenvolvida para pagamento da cobertura caso a umidade do solo atinja um nível predefinido.

Essa solução foi disponibilizada para milhares de agricultores em todo o mundo, incluindo na América Latina e na Ásia, proporcionando mais estabilidade nos rendimentos das culturas. Além disso, o próprio seguro atua como evidência útil de garantia ao tentar assegurar um empréstimo, reduzindo as barreiras para os investimentos sustentáveis.⁴⁹



EMPRÉSTIMOS VINCULADOS À SUSTENTABILIDADE

As instituições financeiras podem vincular os objetivos de proteção da natureza aos termos de empréstimos a clientes, aplicando prêmios de risco mais altos ou taxas de juros mais baixas com base no desempenho ambiental. À medida que a conscientização da necessidade de internalizar esses riscos aumenta, espera-se que os empréstimos considerem esses fatores em seus termos automaticamente.

ESTUDO DE CASO | EMPRÉSTIMOS LIGADOS À SUSTENTABILIDADE

Empréstimo de US\$ 2,1 bilhões da COFCO vinculado à sustentabilidade

Em 2019, a COFCO, a maior empresa de alimentos e agricultura da China, contratou um empréstimo de US\$ 2,1 bilhões vinculado à sustentabilidade com um consórcio de 20 bancos. Esse empréstimo visava financiar os seus esforços para criar uma cadeia de suprimentos agrícolas integrada.⁵⁰

A taxa de juros do empréstimo foi vinculada ao desempenho de sustentabilidade da empresa, com metas incluindo:

- Melhoria anual do desempenho ambiental, social e de governança corporativa (ESG), avaliada de forma independente pelo provedor de pesquisas Sustainalytics.
- Aumento da rastreabilidade das commodities agrícolas, com foco na soja de origem direta no Brasil, avaliada anualmente por um auditor independente.



OUTROS RECURSOS: FINANÇAS LIVRES DE DESMATAMENTO E CONVERSÃO

Além dos referenciados ao longo deste relatório, existem vários recursos que fornecem orientações abrangendo um conjunto mais amplo de instituições financeiras, além de informações adicionais sobre cada um dos tópicos abordados, incluindo:

Iniciativa Bancária para o Meio Ambiente (BEI), Orientações CISL para ‘Serviços bancários além do desmatamento’: fornecem um plano de ação para o aumento da oferta de soft commodities livres de desmatamento ou com restauração florestal.⁵¹

Orientações ao Investidor da Ceres sobre Desmatamento e Mudanças Climáticas: para que os investidores compreendam e se engajem nos riscos gerados pelo desmatamento em todas as carteiras. Fornece uma visão geral da avaliação dos riscos de desmatamento, as principais expectativas que os investidores devem identificar no ambiente corporativo e nos compromissos de desmatamento, além de medidas concretas para lidar com tais riscos.⁵²

Rastreador WWF SUSREG para Bancos Centrais: modelo que reflete as melhores práticas do cenário regulatório, fornecendo um roteiro para bancos centrais, supervisores financeiros e formuladores de políticas aumentarem a estabilidade e resiliência do setor financeiro aos riscos ambientais e sociais (incluindo aqueles focados na biodiversidade).⁵³

Norma PBAF: fornece orientações sobre a avaliação de impactos e dependências da biodiversidade. Observe que, embora uma única métrica e/ou métricas baseadas em dados modelados não sejam suficientes para a tomada de decisões financeiras, as abordagens descritas podem ser úteis para melhor compreensão dos riscos.⁵⁴

ANEXO 1 | FONTES EXTERNAS DE DADOS PARA MONITORAR O PROGRESSO DO CLIENTE/EMPRESA INVESTIDA

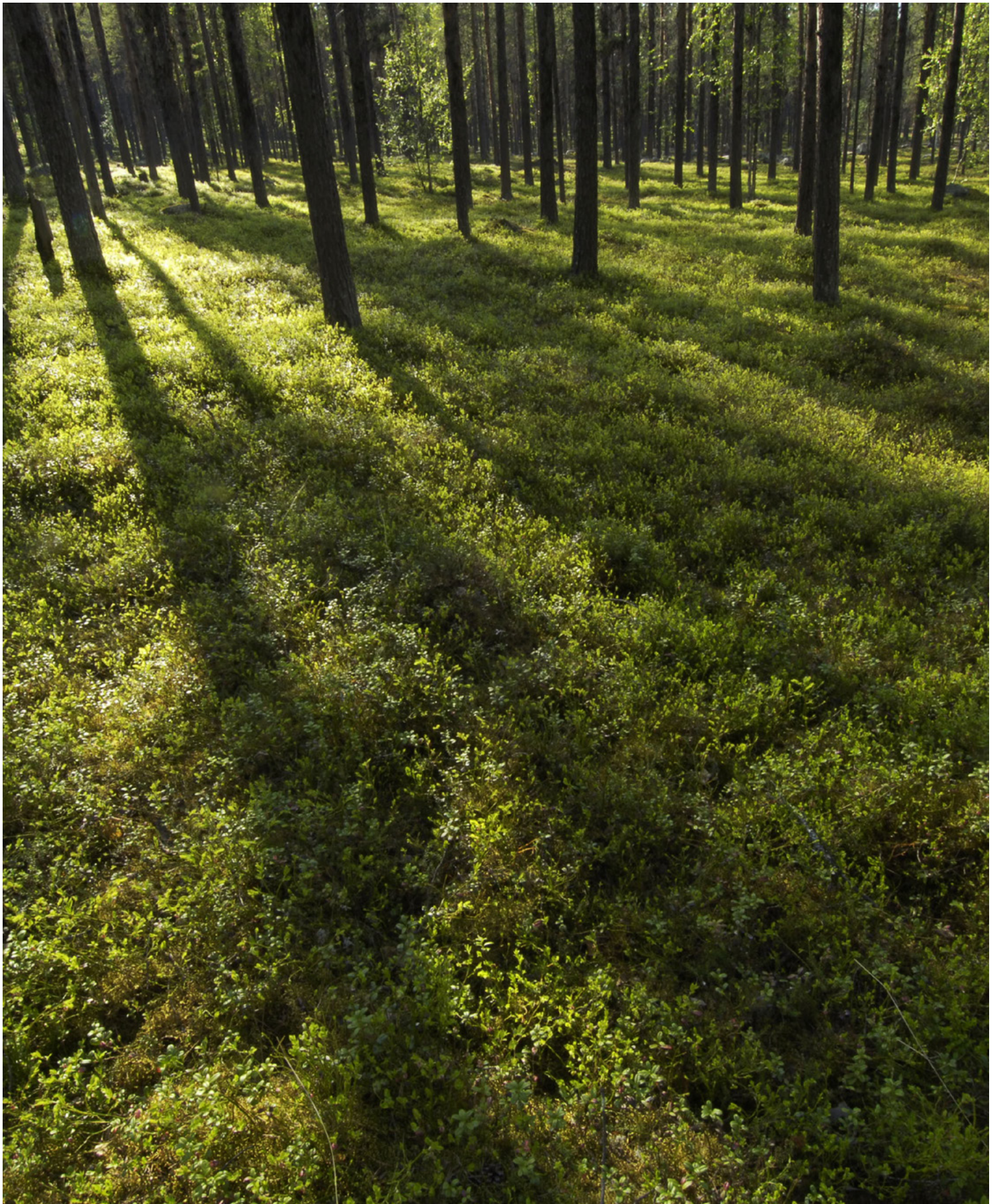
- **Trase:** plataforma baseada em dados de produção, comércio e alfândega publicamente disponíveis, para mapear as cadeias de suprimentos de países e empresas envolvidas no comércio de commodities, até municípios específicos, dando suporte à avaliação dos riscos de desmatamento associados a essas commodities.³⁹
- **Forest 500:** classifica as empresas mais influentes nas cadeias de suprimentos de risco florestal, avaliando a força de suas políticas, ações e seu progresso. Atualizada anualmente.⁶
- **ZSL SPOTT:** lista e pontua produtores e comerciantes das principais commodities com risco de desmatamento e conversão quanto a suas divulgações, políticas e práticas.⁴⁰
- **Projeto de Responsabilização Alinhado ao Global Canopy:** banco de dados que conecta vários conjuntos de dados (incluindo SPOTT, Trase e Forest 500) para dar suporte às instituições financeiras na triagem de carteiras e monitoramento de empresas.⁵⁵
- **CDP Forests:** fornece um modelo padronizado e alinhado à AFi para as empresas medirem seus riscos e oportunidades relacionados às florestas e relatarem seu progresso de forma transparente. Mantém uma coleção abrangente de dados autodeclarados das empresas e fornece uma 'lista A', descrevendo quais empresas demonstraram liderança corporativa em desempenho e transparência ambientais.⁴³
- **World Benchmarking Alliance 'Food and Agriculture Benchmark':** avalia e classifica as 350 empresas de alimentos e agricultura mais influentes do mundo quanto a suas contribuições para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.⁴¹
- **Scorecards do WWF para Óleo de Palma e Soja:** avalia o progresso dos compradores e comerciantes mais influentes das indústrias de óleo de palma e soja quanto a seus compromissos e ações para a transição para o suprimento livre de desmatamento e conversão.^{37,38}
- **Global Forest Watch:** ferramenta de mapeamento geoespacial online que fornece informações quase em tempo real sobre como as florestas estão mudando em todo o mundo (incluindo mudanças na cobertura/integridade florestal). Juntamente com informações sobre as localizações das operações de clientes e empresas-alvo de investimentos, pode ser utilizada para avaliar a extensão do desmatamento.²⁹
- **Atlas da Justiça Ambiental:** documentos, catálogos e mapas geográficos dos conflitos sociais em torno das questões ambientais.³¹
- **MapBiomass:** mapeamento geoespacial anual do uso e cobertura do solo em toda a América Latina e Indonésia, fornecendo insights sobre as mudanças em cada território ao longo do tempo.³²
- **Mapeamento de Plowprint (Pegada de Arado) do WWF:** focado nas Grandes Planícies da América do Norte, apresenta uma pegada cumulativa da conversão em lavouras e dos ecossistemas que permanecem. Os dados subjacentes são atualizados anualmente e podem ser utilizados, juntamente com informações sobre os locais das operações de clientes e empresas-alvo de investimentos, para avaliar possíveis casos de conversão.³⁵
- **Eyes on the Forest:** coalizão de ONGs ambientais que investigam e relatam sobre organizações ligadas à perda florestal na Indonésia (Riau, Sumatra e Kalimantan). Os relatórios abrangem tanto as empresas específicas que realizam o desmatamento quanto aquelas que compram produtos feitos de commodities cultivadas nessas terras.
- **Agrotools:** prestador de serviços brasileiro que dá suporte a instituições financeiras para conectar as informações, no nível das paisagens, às atividades financeiras. A ferramenta dá suporte a triagens com base nas coordenadas geográficas das terras sendo financiadas.
- **Earth Defenders Tool Finder:** coleção de recursos e materiais de treinamento para apoiar as comunidades na defesa de ecossistemas e territórios críticos. Inclui a documentação de direitos humanos e abusos ambientais.
- **Greenpeace/ Chain Reaction Research/Global Witness:** promovem a conscientização e destacam as principais atividades relacionadas ao desmatamento, conversão e abusos de direitos humanos, publicando esses casos em seus sites.



NOTAS FINAIS

- 1 World Economic Forum. (2020). Nature Risk Rising. https://www3.weforum.org/docs/WEF_New_Nature_Economy_Report_2020.pdf
- 2 Ritchie, H., Roser, M. (2021). Forests and Deforestation. *Our World in Data*. <https://ourworldindata.org/deforestation>
- 3 Patel, K. (2022). Green bond issuance soars as sustainable debt tops \$1trn in 2021. *The Global Treasurer*. <https://www.theglobaltreasurer.com/2022/05/06/green-bond-issuance-soars-as-sustainable-debt-tops-1trn-in-2021/>
- 4 de Groot, R., Brander, L., van der Ploeg, S., Costanza, R., (2012). Global estimates of the value of ecosystems and their services in monetary units. *Ecosystem services*. 1(1). Disponível em: doi.org/10.1016/j.ecoser.2012.07.005
- 5 Roe et al. (2019). Contribution of the land sector to a 1.5 °C world. *Nature Climate Change*. 9, 817-828. Disponível em: doi.org/10.1038/s41558-019-0591-9
- 6 Burley, H., Thomson, E., (2021). Forest 500 annual report 2022. *Global Canopy*. www.forest500.org
- 7 WWF e PwC. (2020). Nature is too big to fail. https://wwfint.awsassets.panda.org/downloads/nature_is_too_big_to_fail_en_web.pdf
- 8 Aloysius, R. (2006). Regional Analysis of Socio-Economic Impacts of the December 2004 Earthquake and Indian Ocean Tsunami. *Prevention Web*. <https://www.preventionweb.net/publication/regional-analysis-socio-economic-impacts-december-2004-earthquake-and-indian-ocean>
- 9 Leite-Filho, A.T., Soares-Filho, B.S., Davis, J.L. (2021). Deforestation reduces rainfall and agricultural revenues in the Brazilian Amazon. *Nat Commun* 12, 2591. Disponível em: doi.org/10.1038/s41467-021-22840-7
- 10 UNPRI. (2021). What is the Inevitable Policy Response (IPR). <https://www.unpri.org/download?ac=9833>
- 11 European Commission. (2021). New rules for deforestation-free products. https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/qanda_21_5919
- 12 Euromoney. (2021). BCB puts climate risk at the core of its governance agenda. <https://www.euromoney.com/article/29346wn6vqbttr7xvpj4/opinion/bcb-puts-climate-risk-at-the-core-of-its-governance-agenda>
- 13 Climate Action Tracker. (2020). Brazil Country Summary. <https://climateactiontracker.org/countries/brazil/#:~:text=Agriculture%20remains%20the%20second%20largest,fuels%2C%20including%20coal%20and%20gas>
- 14 WWF, World Bank Group and Global Canopy. (2022). Geospatial ESG - The Emerging Application of Geospatial Data for Gaining 'Environmental' Insights on the Asset, Corporate and Sovereign Level. https://www.wwf.org.uk/sites/default/files/2022-01/Geospatial_ESG_Report.pdf
- 15 Reuters. (2019). Indonesia president makes moratorium on forest clearance permanent. <https://www.reuters.com/article/us-indonesia-environment-forest-idUSKCN1UY14P>
- 16 Chain Reaction Research. (2021). Sime Darby, FGV See Reputational Hits from U.S. Stop Orders. *The Chain*. <https://chainreactionresearch.com/the-chain-sime-darby-fgv-see-reputational-hits-from-u-s-stop-orders/>
- 17 Amigo, I. (2020). When will the Amazon hit a tipping point? *Nature* 578, 505-507. <https://www.nature.com/articles/d41586-020-00508-4>
- 18 WWF and BCG. (2021). Deforestation- and conversion-free supply chains: A guide for action. https://wwflac.awsassets.panda.org/downloads/wwf_bcg_deforestation_and_conversion_free_supply_chains_a_guide_for_action_3_.pdf
- 19 WWF. (2020). Grassland and Savannah Ecosystems. An urgent need for conservation and sustainable management. https://globallandusechange.org/wp-content/uploads/2020/11/201029_WWF_Grasslands_IKI_Final_Web.pdf
- 20 WWF. 10 Myths About Deforestation. <https://www.wwf.org.uk/10-myths-about-deforestation>
- 21 Penke, M. (2021). Carbon sinks: How nature helps fight climate change. *DW*. <https://p.dw.com/p/433zw>
- 22 WWF. Global Grasslands and Savannahs Initiative. https://wwf.panda.org/discover/our_focus/food_practice/grasslands_and_savannahs/
- 23 UNFCCC. (2021). Commitment on Eliminating Agricultural Commodity-Driven Deforestation. <https://racetozero.unfccc.int/system/nature-and-tackling-deforestation/>
- 24 United Nations. (2021). New Financial Alliance for Net Zero Emissions Launches. <https://unfccc.int/news/new-financial-alliance-for-net-zero-emissions-launches>
- 25 Accountability Framework Initiative. Accountability Framework. <https://accountability-framework.org/>
- 26 Global Canopy. (2021). Deforestation-Free Finance Roadmap. <https://guidance.globalcanopy.org/roadmap/>
- 27 IUCN. Red list of ecosystems database. [Acesso em 20 de junho de 2022] <https://assessments.iucnrle.org/>
- 28 Accountability Framework Initiative. (2019). Operational Guidance on Cutoff Dates. https://accountability-framework.org/wp-content/uploads/2020/03/OG_Cutoff_Dates-Mar2020.pdf
- 29 Accountability Framework Initiative. (2022). The AFI recommends a target date no later than 2025 to eliminate deforestation and conversion in supply chains. <https://accountability-framework.org/the-afi-recommends-a-target-date-of-2025-or-sooner-to-eliminate-deforestation-and-conversion-in-supply-chains/>
- 30 Accountability Framework Initiative. (2020). How to write a strong ethical supply chain policy. <https://accountability-framework.org/how-to-use-it/resources-library/how-to-write-a-strong-ethical-supply-chain-policy/>
- 31 Accountability Framework Initiative. (2019). Operational Guidance on Reporting, Disclosure, and Claims. <https://accountability-framework.org/operational-guidance/reporting-disclosure-and-claims/>
- 32 CDP. (2022). CDP Forests Reporting Guidance. <https://guidance.cdp.net/en/guidance?cid=31&ctype=theme&idtype=ThemeID&incchild=1µsite=0&otype=Guidance&tags=TAG-646%2CTAG-609%2CTAG-600>
- 33 Global Canopy. (2022). The Forest 500: 2022 Company Assessment Methodology. https://forest500.org/sites/default/files/forest_500_company_assessment_methodology_2022.pdf
- 34 Accountability Framework Initiative. (2019). Operational Guidance on Supply Chain Management. <https://accountability-framework.org/operational-guidance/supply-chain-management/>

- 35 WWF. (2021). Deforestation and Conversion Free Supply Chains – Vision, Guiding Principles and Asks. https://wwfint.awsassets.panda.org/downloads/DCF_supply_chains_vision_principles_asks.pdf
- 36 WWF. (2021). DCF Implementation Toolkit User Guide. <https://www.worldwildlife.org/publications/DCF-implementation-toolkit-user-guide>
- 37 Science Based Targets Network (SBTN). Interim Targets. [Acesso em 20 de junho de 2022] <https://sciencebasedtargetsnetwork.org/take-action-now/take-action-as-a-company/what-you-can-do-now/interim-targets/>
- 38 Accountability Framework Initiative. (2019). Operational Guidance on Respecting the Rights of Indigenous Peoples and Local Communities. <https://accountability-framework.org/operational-guidance/respecting-the-rights-of-indigenous-peoples-and-local-communities/>
- 39 WWF International, Zoological Society of London, Henkel AG & Co. KGaA et al. (2021). Proposed Resolution to be adopted at the GA18 of RSPO Members - Enhancing the robustness of the RSPO Mass Balance model to accelerate uptake of Certified Sustainable Palm Oil. <https://ga.rspo.org/resolutions/view.php?i=2>
- 40 HSBC. Agricultural and Commodities Policy. [Acesso em 20 de junho de 2022] <https://www.hsbc.com/-/files/hsbc/our-approach/risk-and-responsibility/pdfs/200415-hsbc-agricultural-commodities-policy.pdf>
- 41 Science Based Targets Network. (2020). Science-Based Targets for Nature – Initial Guidance for Business. <https://sciencebasedtargetsnetwork.org/wp-content/uploads/2020/11/Science-Based-Targets-for-Nature-Initial-Guidance-for-Business.pdf>
- 42 Science Based Targets Initiative. (2022). Forest, Land and Agriculture (FLAG) guidance. <https://sciencebasedtargets.org/sectors/forest-land-and-agriculture#:~:text=The%20SBTi%20Forest%2C%20Land%20and,land%2Drelated%20emissions%20and%20removals.>
- 43 Global Sustainable Investment Alliance. (2021). Global Sustainable Investment Review 2020. <http://www.gsi-alliance.org/wp-content/uploads/2021/08/GSIR-20201.pdf>
- 44 HSBC. (2021). Sustainable financing and investing survey. https://www.gbm.hsbc.com/-/media/media/gbm-global/pdf/campaign/sustainable-financing-and-investing-survey-2021-global-report.ashx?pid=HBEU:MB:2124:GLB:BRN:CAM:921:sep-2021:sfi-survey_report_sustainability_sfi-survey-global-report_top-body_button_download1
- 45 World Economic Forum (WEF). (2020). New Nature Economy Report II: The Future of Nature and Business. <https://www.weforum.org/reports/new-nature-economy-report-ii-the-future-of-nature-and-business>
- 46 UNEP, WEF, ELD and Vivid Economics. (2021). State of Finance for Nature. <https://www.unep.org/resources/state-finance-nature>
- 47 ERSTE Asset Management. ERSTE WWF Stock Environment historic annual reports. [Acesso em 20 de junho de 2022] Disponível em: <https://www.erste-am.cz/en/private-investors/funds/erste-wwf-stock-environment/AT0000A044X2>
- 48 Ritchie, H. (2021). Smallholders produce one-third of the world's food, less than half of what many headlines claim. *Our World in Data*. <https://ourworldindata.org/smallholder-food-production>
- 49 SwissRe. (2020). Creating solutions for sustainability. <https://reports.swissre.com/sustainability-report/2020/servicepages/downloads/files/creating-solutions-for-sustainability-swiss-re-sr20.pdf>
- 50 Schreve, L., Evans, A. (2019). Cofco signs \$2.1bn sustainability loan in first for China. *Environmental Finance*. [https://www.environmental-finance.com/content/news/cofco-signs-\\$2.1bn-sustainability-loan-in-first-for-china.html](https://www.environmental-finance.com/content/news/cofco-signs-$2.1bn-sustainability-loan-in-first-for-china.html)
- 51 Rudgley, G., Ross, A. (2020). Banking Beyond Deforestation. *University of Cambridge Institute for Sustainability Leadership*. <https://www.cisl.cam.ac.uk/system/files/documents/bankingbeyonddeforestation-cisl-jan2021.pdf>
- 52 Richards, M., Stern, R., et al. (2020). The Investor Guide to Deforestation and Climate Change. *Ceres*. <https://www.ceres.org/sites/default/files/reports/2020-06/Ceres%20Investor%20Guide%20FINAL%20June%202020.pdf>
- 53 Abdeli, M., Augoyard, S. (2021). 2021 SUSREG Annual Report. *WWF*. https://www.susreg.org/WWF_SUSREG_Annual_Report_2021_FINAL_UPDATED.pdf
- 54 Broer, W., van Gool, M., Nozeman, R., Kan, D. (2022). PBAF standard. *PBAF Global*. <https://www.pbafglobal.com/standard>
- 55 Global Canopy. Corporate Performance. <https://globalcanopy.org/what-we-do/corporate-performance/>
- 56 Natural Capital Finance Alliance. ENCORE. [Acesso em 21 de maio de 2020] <https://encore.naturalcapital.finance/en>
- 57 Ceres (2020). Investor Guide to Deforestation and Climate Change. <https://www.ceres.org/resources/reports/investor-guide-deforestation-and-climate-change>
- 58 Global Forest Watch. [Acesso em 20 de junho de 2022] www.globalforestwatch.org
- 59 LandMark. [Acesso em 20 de junho de 2022] <https://www.landmarkmap.org/>
- 60 Temper, L., del Bene, D., Martinez-Alier, J. (2015). Mapping the frontiers and front lines of global environmental justice: the EJAtlas. *Journal of Political Ecology* 22: 255-278. <https://journals.librarypublishing.arizona.edu/jpe/article/id/1932/>
- 61 Mapbiomas. [Acesso em 20 de junho de 2022] <https://mapbiomas.org/en>
- 62 MapHubs. [Acesso em 20 de junho de 2022] <https://www.maphubs.com/>
- 63 Verité. Forced Labor Commodity Atlas. [Acesso em 20 de junho de 2022] <https://www.verite.org/commodity-atlas/>
- 64 WWF. (2021). The Plowprint Report. <https://www.worldwildlife.org/projects/plowprint-report>
- 65 WWF. Palm Oil Buyers Scorecard. <https://palmoilscorecard.panda.org>
- 66 WWF. Soy Scorecard. <https://soyscorecard.panda.org/>
- 67 Trase. Supply chain mapping. [Acesso em 20 de junho de 2022] <https://supplychains.trase.earth/>
- 68 ZSL. SPOTT platform. [Acesso em 20 de junho de 2022] <https://www.spott.org>
- 69 World Benchmarking Alliance. (2021). Food and Agriculture Benchmark. <https://www.worldbenchmarkingalliance.org/publication/food-agriculture/>
- 70 RSPO. Annual Communications of Progress. [Acesso em 20 de junho de 2022] <https://rspo.org/members/acop/search>
- 71 CDP. Database of self-reported environmental data. [Acesso em 20 de junho de 2022] <https://www.cdp.net/en/data>



Working to sustain the natural world for the benefit of people and wildlife.

together possible™ panda.org

© 2022

© 1986 Símbolo Panda WWF – Fundo Mundial para a Natureza (anteriormente Fundo Mundial para a Vida Selvagem)

® “WWF” é uma marca registrada WWF. WWF, Avenue du Mont-Bland, 1196 Gland, Suíça. Tel. +41 22 364 9111. Fax. +41 22 364 0332.

Para detalhes de contato e mais informações, visite nosso site www.panda.org